

José Manuel Vieira dos Santos

INTRODUÇÃO

A Direcção de Documentação e História Militar (DDHM) tem a incumbência de orientar e zelar pela conservação do património histórico militar afecto ao Exército, incentivar, coordenar e executar a investigação e a recolha de elementos susceptíveis de enriquecer o património militar. Além de ser o órgão tecnicamente responsável pela divulgação, planificação, promoção e controle da execução dos mesmos, através da análise e processamento de informação especializada de carácter histórico militar, procura ao mesmo tempo, a cooperação com várias instituições públicas com responsabilidades na área, diligenciando a celebração de protocolos, para a salvaguarda do Património Nacional.

Neste âmbito procura-se divulgar algumas das áreas onde a DDHM tem tido uma intervenção activa, salientando-se a acção dos Museus Militares junto da população nacional e o papel que esses museus têm tido na preservação e conservação de edifícios que pelas suas características, se não tivessem esta função estariam possivelmente ao abandono, como é o caso dos muitos Monumentos Nacionais que vemos no nosso dia-a-dia. Apesar de alguns autores partilharem da opinião que certos edifícios por estarem em ruínas, devem permanecer nesse estado, julgamos não ser essa a forma mais correcta de encarar o problema, pois não concordamos que se deixem degradar os edifícios com uma história tão relevante na História Nacional, como acontece com o Convento de S. Francisco de Santarém, o Convento de Nossa Senhora das Virtudes, o Convento do Carmo (de entre outros). No entanto, também não se deve alterar de forma significativa os edifícios sem o devido cuidado, como por exemplo, o caso do Castelo de Pinhel (citamos apenas este caso).

Importa dar a conhecer à Comunidade Científica que a Instituição Militar tem procurado conservar, preservar e manter em perfeito estado de funcionalidade os monumentos de grande relevância Nacional que neste momento ainda ocupa, como por exemplo: parte do Convento de Mafra; o Convento da Trindade, em Santarém; o Edifício do Coleginho, em Lisboa; o Convento de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra; o Forte de S. Lourenço, no Funchal; o Forte de S. Brás, nos Açores; o Edifício da Ex-PIDE/DGS¹, no Porto; o Palácio de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, o Castelo de Bragança; o Forte da Graça, em Elvas e muitos mais.

Alguns dos edifícios referidos não terão sido intervencionados de acordo com os conceitos de conservação e preservação porque até há bem pouco tempo a Instituição Militar não dispunha de pessoal devidamente especializado para o fazer. Ultimamente tem-se dotado de conhecimentos alguns dos seus elementos, através de cursos em várias instituições, donde se destacam alguns ministrados pela Rede Portuguesa de Museus, procurando assim valorizar todos os edifícios à sua guarda com uma intervenção adequada, contrariando um pouco a ideia deixada por Almeida Garrett, na sua obra *“Viagens na Minha Terra”*, onde deixou uma imagem pouco lisonjeira da intervenção militar no Convento de S. Francisco, de Santarém, referindo o destino dado ao edifício pelos militares da seguinte forma: *“...da bela igreja gótica fizeram uma arrecadação militar; andou a mão destruidora do soldado quebrando e abolando esses monumentos precisos riscando com a baioneta o verniz mais polido e mais respeitado desses jazigos antiquíssimos; os labores mais delicados esmoucou-os, degradou-os. Levantaram as lajes dos sepulcros e, ao som da corneta militar, acordaram os mortos de séculos, cuidando ouvir a*

¹ Policia política do Estado Novo, que operou até a 25 de Abril de 1974.

trombeta final...”, numa clara alusão à forma menos correcta como o mesmo estava a ser utilizado, mas não tendo em conta que, com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, estes monumentos encontravam-se votados a um completo abandono e em avançado estado de ruína.

Como atrás foi referido, a intervenção militar em alguns edifícios não foi a mais correcta, mas serviu para os manter em razoável estado de conservação. Ainda hoje se encontram disponíveis para que todos os possamos ver, ao contrário deste monumento que foi referido por Almeida Garrett que se encontra em ruínas e não se vê qualquer alternativa credível para que o mesmo seja recuperado. Pelo contrário, o Convento da Trindade e uma ala do Convento de S. Francisco, que ficaram sob a dependência da Escola Prática de Cavalaria (EPC), encontram-se hoje devidamente preservados. É certo que não lhe terá sido dada a devida ocupação (mas o mesmo verifica-se nos mais variados monumentos nacionais), no entanto serviu para os manter em condições para que possam servir como memória do nosso passado.

Não querendo deixar a ideia de que avocamos para o Exército o papel de cumpridor de normas de preservação, conservação e restauro de todos os monumentos à sua guarda e que se não tivéssemos ocupado esses monumentos os mesmos teriam ruído, também não queremos ser acusados de ter descaracterizado os edifícios que ocupamos.

Actualmente, o Exército, através da sua Direcção de Documentação e História Militar (em conjunto com os órgãos na sua dependência), procura dignificar os espaços que ocupa, realizando protocolos com algumas instituições de relevo na preservação dos Monumentos Nacionais, como por exemplo a colaboração com o Instituto Português de Património Arquitectónico (IPPAR) e com a Rede Portuguesa de Museus (RPM), onde tem conseguido que os seus elementos frequentem alguns cursos ministrados pela RPM.

Neste momento mantém contactos intensos com a Câmara Municipal de Cascais, para a criação do Museu de Artilharia de Costa, na Parede; com a Câmara Municipal de Elvas, para a criação do Museu Militar de Elvas, para além da colaboração com as Câmaras Municipais que detêm nos seus Concelhos redutos das Fortificações das Linhas de Torres, além de outros que, pelo carácter extenso que poderia levar ao texto, não serão referidos.

Encontra-se em fase terminal a celebração do protocolo com a Fundação Batalha de Aljubarrota, que ficará com as instalações do Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge e com os terrenos adjacentes, onde será implantado um parque temático sobre a Batalha de Aljubarrota e procederá à ampliação do mesmo.

Esta comunicação incidirá concretamente sobre a Capela de S. Jorge, mas serão ainda focados alguns aspectos mais importantes dos Museus Militares do Exército e do edifício onde neste momento se encontra instalada a DDHM, a Comissão de Estudo das Campanhas em África (CECA) e a Chefia de Assistência Religiosa do Exército (CARE).

A ORIGEM E PARTICULARIDADES DA CAPELA

A Capela de S. Jorge², como a grande maioria dos autores a preferem chamar, foi mandada erigir por D. Nuno Álvares Pereira em honra a um voto que prometeu aquando da Batalha de Aljubarrota, ou Batalha Real. Nos vários documentos coevos, esta capela aparece com a designação de Ermida de S. Jorge, local de paragem obrigatória para as celebrações fúnebres dos Príncipes e Reis da Dinastia de Avis quando iam a sepultar no Panteão Real o Convento de Santa Maria da Vitória, na Batalha³.

De enquadramento rural, encontra-se localizada no Campo Militar de S. Jorge, na freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria.

Foi construída precisamente no local onde D. Nuno tinha o seu estandarte, provavelmente no ano de 1393 da nossa era⁴, facto que é atestado pela lápide original na sua frontaria, alusiva ao voto do Condestável, onde se pode ler a seguinte inscrição:

*ERA: DE MIL E QUATRO CENT' E TRINTA: E HUU: ANOS:
NUNALVARES: P.EIRA: CONDE: ESTAB' MANDOU: FAZER: ESTA:
CAPEELA: A ONRA; DA VIRGË. MARIA: PORQUE: EN O: DIA: QUE: SE:
FEZ: AQI: A BATALHA QUE: ELREY: DE PORTUGAL: OUVE: CÕ:
ELREY DE: CASTELA: ESTEVE: EN ESTELOGAR: A BANDEIRA: DO:
DITO CONDE: ESTABRE.*

A origem do seu nome poderá estar ligada ao Santo que figurava na Bandeira do Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira e pelo qual clamavam os portugueses no início da batalha – S. Jorge.

Ao longo dos séculos sofreu vários restauros, conservando no entanto alguns vestígios da sua traça primitiva de motivos góticos, como o torreão abaluartado, por cima da capela-mor articulado com coberturas diferenciadas de duas águas e uma abside contrafortada por gigantes, donde irrompem gárgulas zoomórficas por onde escorrem as águas da chuva.

DESCRIÇÃO DA CAPELA

É um templo de uma só nave, com uma capela-mor independente, contrafortada nos vértices por dois esbarros⁵ de três andares, coroada por merlões chanfrados, medindo o edifício na totalidade cerca de 19 metros de comprimento e 12 metros de largura. À nave rectangular da Capela de São Jorge adossa-se um corpo quadrangular de menores dimensões e mais elevado que a capela-mor. A fachada principal apresenta uma nave única e é aberta por uma porta de frontão triangular, flanqueada por dois vãos de verga de arco redondo. Uma clarabóia de altura mais elevada dum lado do que de outro e um escudo nacional rematam a empena. Em ambas as fachadas laterais rasgam-se frestas, sendo que na fachada Norte se abre uma porta em arco quebrado.

² No início da sua construção, detinha a designação de Ermida e tinha à sua guarda um ermitão, que desde essa altura colocava um cântaro (chamada “*quarta*”) num nicho no lado direito quando se sai da Ermida e que conservava água fresca, onde os populares ao passarem nas suas peregrinações podiam matar a sede, mantendo-se essa tradição por muitos anos. Esta designação só se veio a alterar devido aos poucos autores que sobre ela escreveram, começarem a designá-la por “Capela”, em virtude de relevarem tais pormenores. Adoptamos também a designação de Capela por ter presentemente um significado mais comum entre nós.

³ Estes pormenores serão devidamente explicados ao longo do texto

⁴ Dado que aparece a data de 1431 como o ano da sua construção, mas como na altura era usual utilizar-se a era Hispânica, teremos que lhe retirar 38 anos.

⁵ Inclinação dada aos ressaltos de uma pilastra. Degrau inclinado que a parede forma quando diminui de espessura.

A abóbada artesoada da capela-mor é formada por um arco triunfal de volta perfeita, assente em colunelos de capitéis lisos e ábaco oitavado, e por abóbada de cruzaria de ogivas, decorada no barrete do fecho por um pelicano⁶, que era um dos símbolos de D. João II, o que poderá indicar um carinho especial que o mesmo rei tinha pela Ermida, dado que ali mandou rezar missa, aquando das exéquias do seu filho D. Afonso que tragicamente faleceu junto ao rio Tejo, em Santarém.

O coro alto é sustentado por duas colunas jónicas com um belo trabalhado escultórico. A nave, de paredes nuas, é coberta por um tecto de madeira de três planos. A ornamentação interior é composta por figuras de estatuária destacando-se uma escultura de pedra, dos finais do século XIV, onde figura S. Jorge matando o Dragão no altar colateral esquerdo e, uma outra, também em pedra da mesma época, colocada no altar-mor, onde está representada a Virgem com o Menino (Nossa Senhora da Vitória) e que preserva ainda o primitiva policromia e estofos. A Virgem está sentada num trono com o Menino em pé, e ambos estão coroados com diademas de prata que parecem ser de época posterior. No altar colateral direito está uma imagem de D. Nuno Álvares Pereira, que aparenta ser de época posterior.

D. Nuno terá mandado edificar a Capela de S. Jorge pelos melhores mestres-de-obras daquele tempo e que estariam também a laborar nas obras do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha (uma das melhores oficinas de pedreiros, escultores, entalhadores e arquitectos daquela época que espalharam o seu saber por grande parte do País), aproveitando a pedra fácil de trabalhar das pedreiras de Porto de Mós.

FORTUNA HISTÓRICA

Através de uma obra publicada pela Fundação de D. Manuel II, em 2003, o Sr. Coronel Valente dos Santos, dá-nos um pequeno excerto de Frei Agostinho de Santa Cruz (1711), que nos elucida sobre o cuidado que D. Nuno colocou na manutenção da Capela de S. Jorge, pois “...o Condestável [deixou] a esta casa um moio de trigo para o Ermitão, e umas terras que rendem quarenta mil réis, pela obrigação de ter aquela casa com limpeza e aceio: o trigo se paga no Almojarifado de Leiria, e ainda que esta Igreja é anexa à Matriz de Porto de Mós a Ermitonia é do padroado Real, e ELREY o que a provê⁷”

É ainda através da obra do mesmo autor que podemos extrair, de um artigo publicado em 1868, uma preciosa informação sobre a importância da referida Capela salientando que “...na estrada meya légoa alem da vila da Batalha, está hũa Ermida da invocação de São Jorge com seo Ermitão a que se dá de ordinário hun moio de trigo, o qual tem cuidado da Igreja, e de ter sempre agoa para os passageiros. No dia Santo vão em procissão a ela os moradores de Porto de Mós, Aljubarrota e Batalha, com todo o clero, religiosos e câmaras destas vilas a cantar missa com sermão. (...) Os duques de Bragança tiveram sempre grande cuidado de q não faltassem os clérigos de Porto de Mós, e seo distrito⁸”.

Através de um desenho ao qual se atribui a autoria à Rainha D. Amélia, do qual tivemos conhecimento, podemos verificar que de ambos os lados da Capela existiam em forma de meias-águas uns anexos que seriam possivelmente locais de descanso dos caminheiros, ou mesmo os aposentos do ermitão.

Numa fotografia mais recente, provavelmente de meados do século XX, podemos verificar que esses anexos tinham desaparecido, mas a mesma ostentava um alpendre que cobria toda a fachada principal e que então se situava num plano superior à estrada que ali passava, facto que não se verifica agora.

⁶ O pelicano é uma ave com uma conotação religiosa muito grande, pois quando não tem nenhum alimento para dar aos seus filhos, retira carne do próprio peito para os alimentar. Está também conotado com a figura de Jesus Cristo,

⁷ Vítor Portugal Valente dos Santos; *A Capela de S. Jorge*; Ed. Fundação D. Manuel II; Lisboa; 2003.

⁸ Idem. Idem.

Os primeiros factos de grande relevância que ficarão para sempre ligados à magnificência da Capela de S. Jorge, começaram com o falecimento de D. João I no Castelo da Alcáçova de Lisboa, a 14 de Agosto de 1433, quando completava precisamente nesse dia 77 anos de idade, assim como no mesmo dia fazia 44 anos que tinha vencido a batalha de Aljubarrota e, também nesse dia fazia 18 anos que tinha partido de Lisboa para a conquista de Ceuta. Preparou-se a cerimónia fúnebre que o levaria para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, onde seria sepultado no seu Panteão, conforme era seu desejo expresso em testamento. Saiu o seu corpo da Sé, onde tinha estado colocado num túmulo alto em frente ao altar de S. Vicente, no dia 25 de Outubro desse ano, havendo no dia anterior grandes cerimónias fúnebres com a presença de toda a clerezia, nobreza e gente simples, que acompanharam com grande sentimento de pesar todos os actos litúrgicos. A sumptuosidade do acompanhamento, que levou toda a gente preponderante do reino no cortejo que se realizou, foi uma constante em todo o percurso, verificando-se que no mosteiro de Odivelas as cerimónias foram de igual relevo, assim como em Vila Franca de Xira e Alcoentre. Em todos os locais onde o corpo pernoitou, foi sempre recebido com solenidade e vigiado pelos nobres mais ilustres do reino, celebrando-se sempre missa em pontifical de manhã, só depois partiam para a localidade seguinte que ficava no trajecto para a Batalha. No último dia ficou a comitiva no Mosteiro de Alcobaça, ficando de guarda o Conde de Barcelos (seu filho natural) com os seus fidalgos, sendo apenas celebrada “...missa rezada, e não se fez outro officio, porque a maior era aquelle dia reservado no Mosteiro da Batalha, para onde logo partiram”. É nesse dia que se dá a primeira cerimónia mais importante na Capela de S. Jorge, pois o corpo de D. João I antes de ser sepultado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, foi ali recebido por muitos cavaleiros “...com os seus cavalos muito bem aparelhados [e daí seguiram] em muito boa ordenança até o mosteiro, acompanhados de muita gente: porque muitas pessoas que para isso foram chamadas, e assim os procuradores das cidades e villas, e alcaides do reino, [que] não poderam por seus impedimentos ir a Lisboa, e vieram alli.”⁹

Sendo a Capela de S. Jorge um marco histórico de uma data tão importante para a independência de Portugal, estamos em crer que depois do falecimento do Rei D. Duarte nos Paços do Convento de Tomar, a 9 de Setembro de 1438, com 47 anos de idade, o seu corpo tenha estado na referida capela, assim como tinha estado D. João I, pois também ele ficou sepultado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, conforme atestam as palavras de Ruy de Pina: “Foi o corpo d’El-Rei logo mettido em uma tumba, e com tochas e cruzes, e religiosos e clérigos, e com outra nobre companhia levado a sepultar no mosteiro da Batalha, onde foi sepultado junto com o altar mor”.

Sobre D. Afonso V não foi possível recolher dados suficientes que provem que tenha sido efectuada alguma cerimónia ou concentração junto da Capela de S. Jorge, mas é provável que tenha existido alguma celebração, tendo em conta o significado da mesma para a Dinastia de Avis e da sua relação com o Condestável D. Nuno Alvares Pereira que a tinha mandado edificar.

Pelos relatos que temos sobre a morte do Príncipe D. Afonso¹¹, filho herdeiro de D. João II, (vítima de um acidente junto ao rio Tejo, em Santarém, a 12 de Julho de 1491, falecendo no dia seguinte),¹² sabemos que a capela foi o local escolhido pelos nobres do reino para receberem D. João II e mostrar o quanto sentiam pela perda de tão ilustre herdeiro do trono português.

Garcia de Resende diz-nos que em 25 de Agosto o rei de demais altas individualidades partiram para a Batalha onde se fez o saimento do Príncipe, tendo D. João II chegado de véspera à

⁹ Ruy de Pina; *Crónica de El-Rei D. Duarte*, Cap. V.

¹⁰ Idem. Idem.

¹¹ Christoval Ferreira y Sampayo; *Vida y Hechos del Principe Perfeito Don Juan Rey de Portugal Segundo deste Nombre*, Ed. Viuda de Alonso Martín; Madrid; 1626 e Garcia de Resende; *Vida e Feitos del Rey Dom Joam Segundo. Crónica de D. João II e Miscelânea*; Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão; INCM; Lisboa; 1973.

¹² Cfr. entre outros, Vítor Serrão; *Cidades e Vilas de Portugal – Santarém*, Ed. Presença; Lisboa; 1990, Joaquim Veríssimo Serrão; *Santarém na História de Portugal*; Ed. Tipografia Dias Ferreira; Santarém; 1950. *HISTÓRIA DE PORTUGAL*; Joaquim Veríssimo Serrão; Vol. II, III e IV; Ed. Verbo; Cacém; 1980.

Ermida de S. Jorge, não estando presente ainda mais figuras importantes do Reino de Castela, devido à peste que então grassava no País.¹³

A morte do Príncipe D. Afonso foi um acontecimento que teve bastante relevo na época, pois havia bem pouco tempo que tinha casado com a Princesa D. Isabel, filha dos Reis de Espanha, e além disso era o único herdeiro ao trono do reino português, pois D. João II não tinha mais filhos legítimos. O facto foi narrado por um cronista espanhol que relata os acontecimentos de uma forma bastante idêntica a Garcia de Resende, chamando no entanto, ao Mosteiro da Batalha “*Convento de Santa Maria la Real de la Batalha*”. Refere-se à comparência de muita gente importante de ambos os reinos que acompanhavam o funeral do Príncipe, descrevendo a presença na Capela de S. Jorge da seguinte forma: “*llegò el Rey dia de San Bartolomeo a una Ermida de San Jorge, de donde se descubre la insigne fabrica del Monasterio: la Ermida estava todo cubierta de um estandarte negro, em que avia una Cruz com las insígnias de la passião de Christo nuesso Señor: la distancia que ay desde la Ermida hasta el Convento ocupavan muchas vanderas negras; y porque no huviesse cosa que no diesse indicio de sentimiento y dolor, cubrieron tambien de paños negros los arboles que ay por aquel camino, y el Convento (maquina prodigiosa) dentro y fuera, paredes, techo e suelo estava de la mesma manera.*”¹⁴

Outro acontecimento relevante que marca a importância da Capela de S. Jorge está relacionado com o funeral de D. João II.

D. João II morreu em Alvor em 25 de Outubro de 1495 (um domingo), com 45 anos e seis meses de idade, tendo reinado durante 14 anos e dois meses num ambiente de grande prosperidade para o País e de grande justiça, assim como de grande diplomacia, sendo apreciado por todos por ser um excelente rei e por isso foi considerado “*O Príncipe Perfeito*”. O seu corpo foi levado com grande solenidade e honra que a tal Rei pertencia, para a Sé de Silves onde ficou enterrado na Igreja maior, até ser trasladado para o mosteiro da Batalha em Outubro de 1499, pelo Rei seu sucessor – D. Manuel, que se fez acompanhar por “*todos los Grandes de seus Reynos, Arcebispos, e Bispos, e Clerezja*”¹⁵.

O cortejo fúnebre que se efectuou do Algarve até à Batalha é-nos contado de uma forma pouco esclarecedora, mencionando apenas o facto de que em todas as igrejas das localidades por onde passava era celebrada missa pelo Bispo de Tanger. A única localidade que aparece mencionada na crónica de Garcia de Resende é Alcanede, onde ele diz que “[n]a noite que o santo corpo chegou a Alcanede, que foy hũa sexta feyra a vinte dias do mês de Outubro do dito ano de noventa e nove, el Rey foi dormir a Rio mayor, e ao sábado foi jantar a Alcobaça, e dally se foy a aguardar o corpo a S. Jorge da Vitória, o qual trouxeram polla serra da Mendiga, e polla serra ventosa, e sobre o porto de Mos te chegarem a Igreja de Sam Jorge, onde el Rey o estava aguardando, e com elle o mestre de Santiago, e Davis, Duque de Coimbra, e o Duque de Bragança, e o senhor dom Alvaro, e outros muytos senhores, e assi foy com o santo corpo ate o mosteiro da Batalha”.¹⁶

Em relação a factos relacionados com a História Medieval que possam ter acontecido na Capela de S. Jorge, não temos mais elementos que a ela possam estar ligados. Tal circunstância pode estar relacionada com a subida ao trono do Rei D. Manuel I, que deixa de utilizar o Mosteiro da Batalha como Panteão Real, edificando o Mosteiro de Santa Maria de Belém, ou dos Jerónimos, para esse efeito. Apesar de não temos elementos dos cerca de 400 anos subsequentes, a história da Capela de S. Jorge não termina nestes últimos acontecimentos relatados por tão brilhantes cronistas. Julgamos que a importância da Capela se manteve, pois o seu fundador era por todos considerado Santo e por isso todos os anos se realizavam grandes cerimónias e festas que duraram até meados do século XX. Tivemos o prazer de ficar a conhecer a realização destas festividades pelo relato de uma brilhante figura do Exército Português, o Ilustríssimo General

¹³ Cfr. em anexo documento 1.

¹⁴ Christoval Ferreira y Sampayo; Obra citada.

¹⁵ Garcia de Resende. Obra citada.

¹⁶ Idem. Idem.

Raul Pereira de Castro, que sendo natural de Calvaria de Cima, onde nasceu em 1906, quis deixar publicados os seus conhecimentos da Capela de S. Jorge e do seu Campo Militar, numa obra coordenada por José Travassos Santos.¹⁷ Conhecendo melhor que ninguém a história do Campo Militar de S. Jorge, pois desde cerca de 1920 foi um dos intervenientes nos principais actos de valorização, conservação, aproveitamento e salvaguarda da Capela de S. Jorge, assim como dos terrenos circundantes, que para o efeito não nos interessa focar.

Sabemos que foi o impulsionador dos principais acontecimentos que ali se passaram durante mais de 50 anos, dinamizando actividades que sempre procuraram lembrar tão importante acontecimento para a independência de Portugal, juntando muitos jovens em redor da Capela de S. Jorge, sempre que se celebrava mais um aniversário da Batalha de Aljubarrota.

O General Pereira de Castro durante a sua vida desempenhou funções educativas, aproveitando-se dessa sua vertente para incentivar na juventude de então, que estavam ligadas à Mocidade Portuguesa, um espírito patriótico, participando em todas as comemorações do dia 14 de Agosto, data que celebra a vitória dos portugueses sobre os castelhanos na Batalha Real ou de Aljubarrota.

Recorda-nos então os tempos distantes de cerca de 6 dezenas de anos atrás que *“logo de manhã cedo, no dia 14 de Agosto, depois da alvorada festiva com salvas de morteiros, os alunos das escolas primárias, acompanhados dos seus professores – Esteves da Batalha, Guimarães, da Calvaria, e S. Jorge, e Adelino, de Porto de Mós – e dos moradores das citadas povoações, a que se juntavam as autoridades dos dois concelhos e da Guarnição Militar de Leiria, se reuniam junto à capela para festejar e glorificar a figura de D. Nuno Álvares Pereira e dos heróis que, naquela data de 1385, infligiram pesada derrota ao exército de Castela, garantindo a continuação da Pátria Portuguesa.*

Depois seguia-se a romagem ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na vila da Batalha, onde, após as cerimónias religiosas se prestava homenagem a D. João I”.

No entender do General Pereira de Castro, estas cerimónias apesar da sua singeleza, faziam com que esta tão importante data para a nossa História Nacional nunca fosse esquecida pelas populações, nem pelas autoridades dos dois concelhos, que sempre procuraram através dos tempos manter uma tradição que vinha *“desde a fundação da capela e em que a juventude, acompanhada dos seus professores, tinha lugar de destaque”.*

Foi em torno da Capela de S. Jorge que em 1926, se realizou o 1º acampamento do Corpo Nacional de Escutas, tendo os escuteiros participado activamente nas comemorações desse ano, dando assim o início da presença maciça da juventude a nível Nacional, que em muito contribuiu para uma maior projecção do local.

A criação da Mocidade Portuguesa em 1936, dependendo directamente do então Ministério da Educação Nacional, tinha como principal missão a formação dos jovens inculcando-lhes o mais alto valor patriótico, sendo a bandeira de D. João I o seu símbolo e D. Nuno Álvares Pereira o seu patrono, fazem com que as comemorações do 14 de Agosto, a partir de 1937, tenham um cariz muito mais patriótico e local *“de romagem dos jovens que nos campos de S. Jorge montavam os seus acampamentos e participavam nas celebrações da Batalha de Aljubarrota”.*

Era do largo da Capela de S. Jorge que os jovens se concentravam para qualquer romagem que efectuassem através do País para visita a lugares históricos.

Segundo opinião do General Pereira de Castro é devido à participação activa dos jovens de então, que as comemorações da Batalha de Aljubarrota passaram a ter a devida relevância a nível Nacional, reunindo as mais altas autoridades do Estado, das suas Forças Armadas e em especial do Exército. Nos seus escritos procura não deixar cair no esquecimento a data de 14 de Agosto,

¹⁷ José Travassos Santos; *Arquivos Históricos, Etnográficos, Artísticos e Literários da Batalha*, Ed. Magno; Leiria; 2001.

pois foi devido a esta data que surgiu a vila da Batalha, em consequência do Mosteiro ali mandado erigir por D. João I, e chama a atenção que esta data é de tal modo importante para esta vila como para a vila de Porto de Mós, que em 1960, através do decreto 43 071, de 14 de Julho, foram integrados “*os dois concelhos nas comemorações da Batalha de Aljubarrota, e o feriado municipal passava a ser para ambos no mesmo dia: 14 de Agosto*”.

No seu entender a Capela de S. Jorge “*mandada edificar por D. Nuno é símbolo da luta heróica que garantiu a nossa identidade como Nação*”, por isso custa-lhe a compreender o estado de abandono em que a mesma se encontrava em 1937, tendo sido através da acção dos filiados do Escalão de Milícia da Mocidade Portuguesa, que tomaram a seu cargo a iniciativa de adquirir os terrenos em volta da capela e assim obtiveram cerca de 50 metros em 1953.

Sendo de primordial importância o seu relato para o nosso estudo, pela informação que nos dá relativamente à Capela de S. Jorge, não podemos deixar de referir o facto de ter sido criada uma zona de protecção que englobava terrenos numa extensão de cerca de 150 metros, pela Junta Nacional de Educação e o facto de em 1954 se ter elaborado um anteprojecto pelo Ministério das Obras Públicas, para obras de regularização, surgindo no local “*...os primeiros vestígios históricos da luta ali travada*”. O seu estudo é uma fonte de grande interesse para o estudo do Campo Militar de S. Jorge, mas devido ao facto de nos debruçarmos apenas sobre a Capela de S. Jorge, não nos alongaremos com pormenores que nos desviam do nosso objectivo. Importa salientar que ele ainda nos dá a conhecer que a capela de S. Jorge foi classificada como Monumento Nacional em 1880 e que nela teriam sido efectuadas obras de restauro desde 1940 a 1965¹⁸.

No que sobre o assunto tivemos conhecimento a Capela de S. Jorge, foi classificada como Monumento Nacional em 1910, sendo publicadas portarias com o intuito de proteger o local em 1954, 1961 e 1977. Em 2004, tendo o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge, passado para o domínio privado da Fundação Batalha de Aljubarrota, a Capela de S. Jorge mantém-se afecta ao domínio público.

Importa salientar que o General Pereira de Castro nos refere o facto de depois do 25 de Abril de 1974, com a extinção das organizações de juventude que contribuíram para a valorização do Campo Militar de S. Jorge, o mesmo transitou para a responsabilidade do Ministério do Exército e para a então Direcção do Serviço de História Militar, passando só nessa altura a designar-se por Campo Militar de S. Jorge (Batalha de Aljubarrota). Chamava à atenção para o facto do Campo Militar se encontrar muito pouco cuidado e num estado de abandono que não era admissível nessa altura (1984), mostrando o seu desencanto pelo pouco relevo que lhe davam, salientando a actuação dos responsáveis, em vésperas do 14 de Agosto, que se resumia a um corte de ervas e limpeza de algumas partes do terreno e que as comemorações limitavam-se “*...aos discursos de circunstância pelas Autoridades dos Exército que a S. Jorge se deslocavam, bem como às cerimónias junto do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, acompanhadas pelos autarcas da Batalha e de Porto de Mós, que persistentemente têm procurado dar a estas comemorações o devido relevo, sem qualquer presença das populações locais e, principalmente da juventude*”.

Na altura em que escreveu a sua “*História do Campo Militar de S. Jorge*”, o General Pereira de Castro estava totalmente em desacordo com a construção de um edifício para Museu naquele local, pois o local de relevo seria sempre a Capela de S. Jorge, devendo esse Museu ser edificado junto ao Mosteiro da Batalha, onde teria maior significado.

O MUSEU MILITAR DO CAMPO MILITAR DE S. JORGE

Tendo o Museu Militar sido edificado no Campo Militar de S. Jorge, veio assim dar uma nova alma ao local e fez com que entidades civis se disponibilizassem para divulgar tão prestigioso lugar. O edifício, desenhado pelo Arquitecto Bruno Soares e inaugurado em 14 de Agosto de

¹⁸ Boletim da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, n.º 120, Junho de 1965.

1986, está implantado numa zona particularmente agradável do campo onde se realizou a Batalha Real (vulgarmente chamada Batalha de Aljubarrota). É uma zona bastante plana, amplamente relvada e arborizada com oliveiras, circunstância que se deve certamente ao projecto de arranjo paisagístico então elaborado pelo Arquitecto Caldeira Cabral. De traça exterior bastante marcada, de aspecto quase bélico, com betão à vista, com um dos alçados em forma de torre e o outro, a sul, com um enorme janelão virado para o campo de batalha.

Guardando réplicas de armamento e outros artefactos relacionados com a crise de 1383-1385, o Museu Militar deverá assumir a sua vocação como museu *in situ*, pois dispõe de uma ampla zona envolvente, onde decorreu a Batalha de Aljubarrota e se encontra inserida a Capela de S. Jorge, junto à qual se procederam escavações arqueológicas, sob a orientação do Sr. Tenente-Coronel Afonso do Paço, entre 1958 e 1960. Estas escavações proporcionaram a descoberta de valiosos achados e mereceram a atenção do historiador inglês, Sir Peter Russel, da Universidade de Oxford, que visitou o local em 1959.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

O caso do campo da Batalha de Aljubarrota mereceu por parte das várias entidades da região uma cooperação bastante activa e de grande qualidade.

É justamente graças à qualidade destes apoios que se procurou efectuar uma reorganização do Museu Militar da Batalha de Aljubarrota, pensado num contexto mais amplo de revitalização do Campo Militar, quer em termos de concepção, quer em termos de utilização do espaço. Sendo devidamente organizado e ampliado, será um pólo decisivo para a reabilitação patrimonial da zona centro, tendo em conta a proximidade de importantes monumentos em Porto de Mós e a vizinhança e conexões óbvias com o Mosteiro da Batalha, poderá a breve prazo tornar-se, não apenas num ponto obrigatório de visita ao triângulo Fátima-Batalha-Alcobaça, mas também numa referência europeia, atendendo aos escassos exemplos deste tipo de património existentes.

Com vista à incrementação do Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota, este Museu Militar tem vindo a colaborar de uma forma bastante intensa, em coordenação com a Direcção de Documentação e História Militar, com a Fundação Batalha de Aljubarrota na definição dos limites do Campo Militar de S. Jorge, tendo já sido definido pelo IPPAR a área *non aedificandi* afecta ao Campo Militar de S. Jorge que fará parte desse Centro Interpretativo.

Estando prevista a ampliação do Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota, têm-se desenvolvido e vão-se continuar a desenvolver acções conducentes à valorização e conservação do Campo Militar de S. Jorge, nomeadamente conservação do acervo museológico, espaços exteriores e procurar desafectar alguns espaços que se encontram ainda no domínio privado dentro da área em apreço. Neste sentido foi elaborado um Protocolo entre o Exército Português/Ministério da Defesa Nacional e a Fundação Batalha de Aljubarrota, que terá como finalidade efectuar obras de ampliação no referido Museu Militar e o aproveitamento dos terrenos envolventes para “recriar” o ambiente da época.

Devido à iniciativa do ex-director do Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge, que efectuou diligencias junto do IPPAR, foram efectuadas obras de restauro na Capela de S. Jorge, pela sua delegação Leiria, que as concluiu em 2004.

A DIRECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA MILITAR E OS MUSEUS MILITARES

Tomando como exemplo a Capela de S. Jorge, podemos agora passar a dissertar um pouco sobre os outros monumentos que, ao contrário desta Capela, se encontram à guarda do Exército Português e sobre os quais a DDHM tem a responsabilidade de «conservar, incentivar, coordenar

e executar a investigação e a recolha de elementos susceptíveis de enriquecer o património militar». É também da sua atribuição a responsabilidade na «divulgação, planificação, promoção e controle da execução, [através] da análise e processamento de informação especializada de carácter histórico militar».

Procura ao mesmo tempo a cooperação com as várias instituições públicas que detêm responsabilidades nesta área, diligenciando a celebração de protocolos, para a salvaguarda do Património Nacional a seu encargo, nomeadamente, o Museu Militar dos Açores (MMA), o Museu Militar de Bragança (MMB), o Museu Militar de Coimbra (MMC), o Museu Militar do Campo Militar de S. Jorge (MM-CMSJ), o Museu Militar de Lisboa (MM) e o seu pólo do Buçaco, o Museu Militar da Madeira (MMM), o Museu Militar do Porto (MMP) e o Edifício Coleginho (onde se encontram a DDHM, a CECA e a CARE).

Neste momento a DDHM mantém-se empenhada na efectivação de uma Rede de Museus Militares do Exército, para de uma forma conjunta, integrar todos os seus Museus Militares na Rede Portuguesa de Museus, procurando dotá-los com as infra-estruturas e pessoal necessário, para que se consiga atingir tal objectivo.

MUSEU MILITAR DOS AÇORES

A SUA CRIAÇÃO

Tendo sido criado pelo Despacho n.º 72/93 de 30 de Junho, do Ministro da Defesa Nacional (MDN) e efectivado através do Despacho n.º 113/93, de 14 de Julho, do Chefe do Estado-Maior do Exército, não foi implementado nessa data, devido a uma profunda reorganização do Exército e por não estarem criadas as condições suficientes para o seu funcionamento, nomeadamente, instalações disponíveis, económicas, materiais e pessoal. O MMA só veio a ser materializado em Outubro de 1999, com a nomeação do seu Director, dando-se assim o início às primeiras diligências necessárias para tal fim, conseguindo-se que ficasse instalado no Forte de S. Brás, em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, cuja consolidação, restauro e adaptação a museu, constituiu um elemento fundamental a tomar em conta no seu programa científico. A sua implementação começou em 2000 e iniciou praticamente todas as áreas de actividade a partir do zero, nomeadamente quanto à constituição das suas colecções, encontrando-se ainda a procurar aumentar o seu acervo museológico.

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

O forte de S. Brás é o mais importante exemplar de arquitectura militar do século XVI, cuja construção teve início em 1552 e terminou em cerca de 1590. Segundo alguns autores, foi a primeira e mais dispendiosa fortificação desse século a ser erigida em Portugal, plenamente construída ao estilo abaluartado¹⁹ (tudo indica que tenha sido a primeira experiência do género no País no século XVI), segundo as regras do abaluartado poligonal, oriundo da escola italiana. Fruto da necessidade de assegurar a defesa de Ponta Delgada, uma das mais dominantes cidades do arquipélago, o forte de S. Brás foi o resultado de uma série de pedidos ao Rei D. João III e seus antecessores, com a finalidade de se proteger a urbe, que tinha sido elevada cidade em 1546, e os seus ricos e prometedores negociantes, contra as hostes de piratas e corsários (sobretudo franceses), que eram atraídos pela abundância que as embarcações oriundas da Índia e do Brasil traziam até ela. Acerca desta cidade, Gaspar Frutuoso, cronista notável das ilhas durante o século

¹⁹ Em forma de baluarte – construção da arquitectura militar situada nos ângulos das fortalezas; polígono regular ou irregular

XVI, refere que a mesma era constituída por “...um corpo de negócios, riquezas, habitações e comunicações por todo o trato e contratos de toda a ilha; e residem os mercadores mais ricos de mil, dois mil, três, até cento e duzentos mil cruzados de fazenda, que têm comércio em Portugal, Castela, ilha da Madeira, Canárias, Flandres e outras partidas; e se negociam os negócios d’esta ilha por um modo tão bom, chão e verdadeiro, que seguro nas partes estrangeiras não há nenhuma que de seu igual lhe faça vantagem”²⁰. A segurança desta cidade era assim uma condição premente a incrementar e a mesma não poderia ser feita senão através de um sistema pensado de raiz devido à sua posição geográfica, que a colocava em situação privilegiada, devendo por isso ser bem guarnecida. Sobre a sua localização referiu-se em tempos Gaspar Frutuoso salientando que a cidade era “...defensável com uma inexpugnável fortaleza, provida de mui grossa e furiosa artilharia, e de muitas munições de guerra, e dentro (afóra um poço para serviço da gente) uma cisterna que leva mil e duzentas pipas(...) .Está esta fortaleza sobre o porto principal, com outro porto e caes ao pé d’ela. Tem porto e alfândega, junto d’ele (...)juiz do mar e contador; e residem os feitores e oficiais d’el Rei, e todas as justiças n’ela fazem seu principal assento; além de ser lustrosa e enobrecida com a presença dos Capitães da ilha, quando estão na terra”²¹.

Este belo exemplar da arquitectura renascentista em Portugal, embora bastante descaracterizada pelas várias transformações que sofreu ao longo dos séculos, foi o local escolhido para a instalação do Museu Militar. A sua óptima localização funciona como pólo de atracção significativo para a sua ligação com o público.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

O restauro deste simbólico exemplar de arquitectura militar renascentista, da provável autoria de Isidoro de Almeida, Tomaz Benedetto ou Pompeu Ardit, foi realizado de uma forma global e num permanente diálogo, por uma equipa pluridisciplinar que conseguiu manter o seu traçado original, que tinha sido classificado como imóvel de interesse público, por Decreto n.º 39.175, de 17 Abril de 1953. Com o precioso apoio da Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais (DGEMN), do Governo Regional dos Açores (GRA), Direcção Regional de Assuntos Culturais (DRAC) e do Ministério da Defesa Nacional (MDN), concretizaram-se as obras de adaptação e restauro, procurando-se sempre um equilíbrio entre o original e o funcional, nomeadamente, do revelim²² do século XVII, de um armazém abobadado, de uma bateria acasamatada²³, de outra bateria e de seis paióis. Destaca-se o trabalho de limpeza e consolidação de todo o perímetro defensivo cortinas e baluartes que em alguns pontos já apresentavam um estado avançado de degradação. Infelizmente não foi possível recuperar o coroamento de merlões²⁴ e as canhoneiras²⁵.

O MUSEU MILITAR DE BRAGANÇA

A CRIAÇÃO DO MUSEU

Não há certeza concreta, quanto à data da criação deste Museu. Contudo julga-se que ela terá ocorrido a partir de 1928 e antes de 30 de Maio de 1933, pois a 30 de Maio desse ano, era atribuída ao Coronel António José Teixeira, “...a criação e organização do Museu Militar de Bragança

²⁰ Gaspar Frutuoso; *Saudades da Terra*; Livro IV, Vol. 1; Ed. Diário dos Açores; p. 314; Ponta Delgada; 1924.

²¹ Idem; p. 310.

²² Construção de forma angular exterior a uma fortificação para cobrir os seus pontos mais fracos (por exemplo: cortinas e portas).

²³ Plataforma coberta onde eram colocadas as bocas de fogo.

²⁴ Superfície elevada no topo de um muro, de face quadrada, por vezes rematada em ponta chanfrada. Dispõe-se como resguardo fixo a intervalos regulares, formando no espaço que separa duas dessas superfícies as ameias.

²⁵ Espaço entre os merlões do parapeito da esplanada de uma fortificação; também usado como abertura no interior de uma casamata.

como repositório das relíquias gloriosas que dizem respeito ao Exército”. Com o posto de Major e em colaboração de outros militares, teria organizado e implantado em três salas do último piso da Torre de Menagem um pequeno Museu, crê-se que por volta de 1928.

Com a extinção em 1958 da unidade aquartelada junto do Castelo, o espólio do Museu foi transferido para o Museu Militar, em Lisboa, para aí ser devidamente guardado. Em 1979 foi decidido voltar a reactivar o antigo Museu Militar como forma de compensação para as populações desta área, que nesse ano tinham perdido a sua última unidade militar na cidade.

Em 1981, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), General Ramalho Eanes, encarregou o Director do Museu Militar, de Lisboa de proceder à implementação da reinstalação do antigo MMB, recebendo a colaboração nesta empresa de várias entidades, nomeadamente, a então Direcção do Serviço Regional dos Monumentos Antigos do Norte (DSRMAN), a Câmara Municipal de Bragança (CMB), o Museu Militar, de Lisboa e ainda a colaboração da então Directora do Museu Abade de Baçal desta cidade.

O novo Museu foi então reactivado e inaugurado em 22 de Agosto de 1983, tendo sido nesta data assinado um protocolo entre o Estado-Maior do Exército (EME) e a CMB, onde ficam registados os deveres de cada interveniente. Criado em 1987, por Portaria nº 106/87, de 10 de Fevereiro, publicada no Diário da República nº 139 – 1ª Série, reporta a sua criação a 22 de Agosto de 1983.

Todo o acervo do Museu é considerado de distinto valor histórico-cultural, não só em termos de antiguidade, mas também em termos de riqueza patrimonial.

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

O Museu encontra-se instalado na Torre de Menagem do castelo de Bragança e foi iniciada por D. João I, por volta de 1409, demorou 30 anos a construir, alongando-se os trabalhos pelos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

É uma construção maciça, com 17 metros de largo e 33 metros de altura, podendo a ser a sua parte inferior de edificação mais antiga. O sistema de defesa resume-se à espessura dos seus muros, à colocação alta da porta e ao coroamento com ameias²⁶. A torre tem claros indícios de algumas transformações por que passou.

As guaritas começaram por ser rectangulares, assentes em consolas que nascem muito em baixo ao nível do andar inferior. Este tipo de guaritas teria sido inspirado em outras análogas, que se encontravam próximas nas torres de castelos no reino de Castela, sendo posteriormente substituídas pelas actuais guaritas circulares com troneiras²⁷.

As ameias, eram inicialmente “ameias de corpo estreito”, mas com as alterações efectuadas foram substituídas por ameias de corpo largo, dotadas também de pequenas troneiras em cruz, idênticas às aplicadas nas guaritas circulares. Na linha das ameias foi edificado um balcão de mata-cães²⁸ para vigiar e defender na vertical a porta alta. As janelas, de um gótico requintado e alguns elementos interiores, sugerem que esta Torre de Menagem terá proporcionado uma habitação com um certo conforto e requinte.

Delicada na sua planta, fascinante e perfeita na sua elegância, esta Torre é talvez a mais segura e bem apetrechada do País, e quiçá, mais harmoniosa de quantas existem na Península Ibérica.

²⁶ Aberturas que formam intervalos regulares entre merlões, nos parapeitos das muralhas de castelos, fortalezas ou torres, constituindo um resguardo.

²⁷ Vão rasgado numa muralha por onde saem as bocas das peças de artilharia.

²⁸ Balcão militar que surge nas torres de menagem, nas secundárias e sobre entradas, nos ângulos das ameias e a meio das faces. Apoiá-se em mísulas salientes, com largos orifícios (mata-cães) no pavimento e compõe-se de pequeno parapeito com ameias.

A sua base quadrangular, com os seus ângulos, cantoneiras ou travamentos; com as suas ameias, miradouros ou atalaias²⁹, cintas e janelas de granito bem talhado, embora grosseiro, todo este conjunto dá-lhe um ar de nobreza especial que a torna admirada de quantos a visitam.

Olhando-se atentamente para as pedras de granito que sustentam a construção, observamos grande número de sinais gravados, siglas, que por serem sinais individuais usados pelos artífices, merecem especial observação. Esta diversidade de sinais, que aparecem em pedras da base até ao cume da construção, indica que a mesma deveria ter sido feita num período em que trabalharam os mesmos tijolos assentes sobre sólidas abóbadas, lá no alto a 33 metros vários mestres de pedraria.

Do alto da Torre domina-se um vastíssimo horizonte, onde podemos contemplar um panorama deslumbrante e encantador pelos pormenores da paisagem e acidentes do solo, até lá ao longe, até terras de Espanha, onde o Céu parece pousar nos agudos píncaros de alterosas e sucessivas serranias. Este terreiro acomodaria grande número de combatentes e de engenhos de guerra, tendo, possuindo também, vastos campos de observação no sentido dos quatro pontos cardeais. Dos quatro vértices do encantador Monumento saem-lhe os miradouros ou mirantes, artísticos e harmoniosos destinados a ornamentar ou adornar tão interessante obra, parecendo até que não eram elementos que constituíam para a ajudar a guardar e defender. As suas seteiras cruciformes embelezam ainda mais o seu ameiamento³⁰ e terminando umas em orifícios para as garruchas³¹, falcões³² ou colubrinas³³ e outras frestadas³⁴ apenas para os tiros da bésta, dão-lhe um tom de graça inigualável.

As janelas de estilo gótico indicam-nos que a construção deste Monumento Nacional remontará aos fins do século XII ou inícios do século XIII, pois estas janelas, bipartidas por pinázios³⁵ encimados por ornatos radiantes e rosáceas, caracterizam bem o período da arquitectura ogival ou gótica. Estas aberturas de granito, de elegante aspecto e de interessante labor fazem realçar notavelmente tão apreciada obra militar. A porta da entrada do Castelo tem a ornamentá-la junto à ponte levadiça deste último reduto, a *balheteira*³⁶, *besteira*³⁷, ou mata-cães sem soleira, apoiada em sólidos cachorros com as suas largas aberturas dando-nos o aspecto de elegante varanda de granito com suas seteiras verticais.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

O Museu foi reactivado e ampliado em 1983 passando a ocupar todo o espaço interior da Torre de Menagem preciosa jóia arquitectónica constituída além do Terraço da Cripta, por quatro pisos. Para o efeito foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Bragança e o Exército.

Foi restaurado entre os anos de 1990 e 1991, de acordo com o parecer do IPPAR (ao qual estava afecto desde 1882, pelo Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de Agosto), no âmbito de contactos efectuados entre o IPPAR e o Exército e em Dezembro de 1999, sofreu novamente obras de melhoramento.

²⁹ Torre isolada e num lugar para servir de aviso à fortaleza principal.

³⁰ Guarnecido com ameias.

³¹ Pau curto com que se armavam as bestas.

³² Antiga peça de artilharia.

³³ Peça de artilharia comprida; também *bastardas*, *meias* e *quatros*.

³⁴ Guarnecido com fretas.

³⁵ Peça de madeira, pedra ou ferro, disposta em cruz, que divide o vão da janela em quatro lumes. Cada uma das peças de cantaria que ladeiam o fogão da cozinha.

³⁶ Abertura na muralha por onde se disparavam as bestas ou se arremessavam matérias inflamadas sobre o inimigo. O mesmo que besteira.

³⁷ Abertura nas galerias das fortificações antigas por onde se arremessavam setas das bestas.

O MUSEU MILITAR DE COIMBRA

A CRIAÇÃO DO MUSEU

Em 26 de Setembro de 1983, o Comando da Região Militar do Centro (RMC), sentindo a necessidade de dar à Cidade de Coimbra um Museu Militar, solicitou à Direcção do Serviço Histórico-Militar o seu apoio para que tal desejo se viesse a concretizar, sendo em 21 de Dezembro desse, por despacho do Comandante da RMC, nomeada uma Comissão Instaladora do Museu Militar.

A partir dessa data, seguiu-se um longo e árduo período de estudo e resolução dos mais variados problemas que foram surgindo, em especial a falta de verbas para as obras de adaptação, conservação e restauro das instalações a ele destinadas e seu equipamento, bem como a obtenção e preparação dos materiais a expor.

Em 5 de Dezembro de 1985, pelo despacho n.º 103/85, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, é criado a título transitório, como órgão do Quartel-General da RMC, o MMC, e no dia 6 desse mês, aproveitando-se o encerramento das Comemorações do VIII Centenário da morte de D. Afonso Henriques – Patrono do Exército, é inaugurado oficialmente o MMC, com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Presente o Museu está instalado em dependências anexas do Convento de Santa Clara-a-Nova, um magnífico edifício histórico construído no século XVII.

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

O convento de Santa Clara-a-Nova, fronteiro à cidade e debruçado sobre o Mondego, foi fundado para nele se instalarem as Clarissas que habitavam o velho Convento de Santa Clara-a-Velha, que se tinha tomado completamente inabitável devido às cheias, aí permanecendo até 1810.

Este novo Convento foi construído no alto da primeira colina a Sul do Rio Mondego, junto à ermida de N. Senhora da Esperança, local esse que fazia parte do arrabalde de Coimbra donde se gozava o mais belo panorama.

Os preparativos para a mudança datam de 12 de Dezembro de 1647, segundo alvará régio de D. João IV, tendo o projecto e planta do novo edifício sido elaborados por Frei João Turriano, lente de Matemática e Engenheiro-Mor do reino. Lança-se a primeira pedra em 3 de Julho de 1649, Vésperas da Festa da Rainha Santa. O decurso das obras sofreu vicissitudes de ordem vária e somente a 29 de Outubro de 1677, portanto 28 anos após o seu início, o Edifício foi dado como capaz de alojar as religiosas. Por sua vez a Igreja só em 1696 foi concluída e os respectivos claustros e portaria terminados no início dos anos sessenta do século XVIII, tendo neles trabalhado Gaspar Ferreira, um artista local (activo entre 1718-1761)³⁸. A partir desta altura, o Mosteiro constitui-se como um conjunto de edifícios que compreendem: a Igreja; os dormitórios e as restantes dependências eventuais.

O seu traçado reflecte os Cânones da Ordem de S. Bento, à qual pertencia o autor do projecto. Trata-se de um edifício destinado ao silêncio, ao exercício da obediência, mas sem esquecer o ofício divino ao qual está particularmente destinado. A sua posição deu-lhe tal clareza de traçado que, visto da cidade se vislumbra toda a relação dos seus elementos: à direita, alonga-se o amplo corpo do dormitório; ao centro ergue-se a parte do Templo e dos coros, ficando por detrás os claustros. A ala norte, e na perpendicular à linha limite do edifício, possui o refeitório e a cozinha e à esquerda, tem a área das Hospedarias

³⁸ José Fernandes Pereira; *História da Arte em Portugal*. «O Barroco do Século XVIII»; Dir. Paulo Pereira; Vol III; Ed. Círculo de Leitores; Lisboa; 1997; p. 119.

Com a Terceira Invasão Francesa, as tropas Napoleónicas sob o comando de Massena, ocuparam o Convento, violando e maltratando as religiosas e fazendo dele o seu hospital para tratar a maior parte dos cerca de 4.000 estropiados, das suas campanhas e em especial as baixas da Batalha do Buçaco.

Depois da vitória na Batalha das Linhas de Torres (Torres Vedras), as tropas Inglesas do Duque de Wellington, juntamente com algumas tropas portuguesas, ocuparam também o Convento.

Com a Revolução Liberal foi posteriormente tomado de assalto pelo povo e por algumas tropas portuguesas envolvidas nessa Revolução. Por Decreto-lei de 28 de Maio de 1834, são extintas todas as Ordens Religiosas, não tendo mais ninguém professado no Convento.

Em 1889, é assinado um decreto que ordena a entrega do Convento ao Ministério da Guerra, não tendo o mesmo sido efectivado imediatamente e devido ao arrastar da situação o Convento é entregue à Ordem de S. José de Cluny, em 1894, que monta um Colégio Missionário. Com a implantação da República em 1910, o Colégio Missionário é extinto, e a Igreja, os coros e os claustros são entregues à Confraria da Rainha Santa. Em 1911, são instalados no Mosteiro os primeiros Corpos Militares.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

Com a entrega das instalações conventuais à instituição militar, o Convento tem vindo ao longo dos tempos a receber obras de conservação e restauro, mantendo-se até hoje ocupadas pelo Exército que, presentemente, além do Museu Militar, ali tem a funcionar o Batalhão do Serviço de Saúde, tendo ambos desenvolvido várias acções de cooperação com diversas entidades civis.

Sendo as instalações do MMC, parte de um património arquitectónico com alguns séculos de existência, sofre naturalmente de problemas de manutenção inerentes a esses edifícios antigos. As principais causas da sua degradação são relativas ao decaimento da pedra em que foi construído e à existência de grande humidade nas paredes. O ambiente das diversas salas sofre constantemente com os problemas relativos à humidade que, tendo sido reparadas recentemente, têm vindo a perder parte do seu revestimento. Poderá ter sido devido a uma alguma opção errada na escolha dos materiais utilizados mas estamos em crer que o principal problema reside na referida humidade.

A direcção do MMC face à situação e depois de colocar o problema superiormente, tentou solucionar a situação para que as salas voltassem a estar apresentáveis. Para o efeito foram adquiridos dois desumidificadores para que retirem cerca de dois depósitos diários de água do interior das salas. Está prevista a aquisição de outro aparelho de desumidificação.

MUSEU MILITAR DE LISBOA

A CRIAÇÃO DO MUSEU

Por decreto de 10 de Dezembro de 1851, foi criado o Museu de Artilharia em Santa Clara (onde se localizava a Fundação de Cima), passando 25 anos depois, para o antigo edifício da Fundação de Baixo que sofreu restauros e ampliações de vulto sob as ordens do seu primeiro director, o então capitão de artilharia, Eduardo Ernesto de Castelbranco.

Mais tarde, em 1926, nova legislação veio alterar o seu nome, que passou a ser, em definitivo, Museu Militar.

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

O Museu Militar encontra-se instalado num edifício com origem no século XVI, que foi

sucessivamente afectado por incidentes vários e posteriormente recuperado e reconstruído – 1726,1755, finalmente concluído em 1842. A fachada principal, voltada a poente, foi dotada de um portal monumental, no tempo da reconstrução joanina, obra atribuída a Maurice de Larre e também ao arquitecto Carlos Mardel, sendo constituída por duas colunas coríntias com troféus militares a coroa-la. Como sentinelas vigilantes, a um e outro lado da porta, estão há mais de um século dois morteiros, que vieram em 1835 do antigo baluarte de Alcântara, onde serviram, durante o cerco de Lisboa, nas Lutas Liberais.

A fachada nascente, que dá acesso ao Pátio dos Canhões, tem a valorizá-la um pórtico de grandiosas proporções da autoria do insigne escultor Teixeira Lopes. É todo em mármore nacional. O vão, ladeado por colunas coríntias com capitéis ornados de folhas de acanto, é encimado por uma figura de mulher que simboliza a Pátria guerreira, brandindo a espada e empunhando na mão esquerda a bandeira nacional desfraldada, em atitude triunfante. Crianças nuas, símbolos de amor e candura, glorificam-na, oferecendo-lhe palmas e louros. A fachada sul foi decorada nos princípios deste século com colunas que estavam na capela do Marquês da Foz às quais sobrepuseram, acima do entabulamento, uma platibanda³⁹.

Situado ao fundo da actual Calçada do Forte, junto ao Largo dos Caminhos-de-ferro, foi criado onde, em princípios do século XVI, por ordem de D. Manuel I, foram estabelecidas as Terceiras das Portas da Cruz. Estas obras foram continuadas por D. João III destinando-se a depósito de material de guerra e oficinas, incluindo a de fabricação de pólvora. As oficinas destinadas à fundição situavam-se nos baixos das edificações e, o sítio era conhecido por Fundição de Baixo. Durante o domínio filipino as mesmas passaram a ser conhecidas por fundição dos castelhanos.

Em Dezembro de 1640, face à necessidade de desenvolver o fabrico de armamento e de pólvora, foi criada a Tenência, que ocupava, além de outras, as instalações das Terceiras, e à qual cabia o fabrico, aquisição, guarda, conservação e distribuição do armamento, artilharia e material respectivo, tanto para o serviço de terra como das armadas.

Em Julho de 1726, um incêndio derribou as anteriores instalações das Terceiras, o que levou D. João V a mandar edificar novas construções, elegendo para o efeito dois franceses – o militar Chegaray para sua direcção e para trabalhar no projecto – o engenheiro Maurice de Larre. Estas obras não tinham sido ainda concluídas quando o terramoto de 1 de Novembro de 1755 provocou uma nova e grande destruição, ficando desde essa data as instalações em ruínas, até que em 1760 D. José I determina a sua reconstrução.

Em 1764 o Conde de Lippe transforma a antiga Tenência, passando a mesma a designar-se por Real Arsenal do Exército, onde a fundição de artilharia de bronze obteve um enorme ímpeto.

Em 1842, o inspector do Arsenal do Exército o Tenente-General José Baptista da Silva Lopes, Barão de Monte Pedral, determinou as medidas necessárias para “...a classificação, guarda e conservação dos objectos raros e curiosos que existiam no Arsenal do Exército”⁴⁰.

O edifício, que acolhe o Museu, dispõe de várias salas de exposição às quais foram atribuídas designações de acordo com a temática exposta: a sala Vasco da Gama, a sala da Guerra Peninsular, a sala da Grande Guerra, a sala D. Maria II, a sala de D. José, a sala de D. João V, a sala Afonso de Albuquerque, a sala D. João de Castro, a sala dos Capacetes, salas Europa, Ásia e África, a sala América, a sala das Campanhas da Liberdade a sala Camões, a sala da Restauração, a sala Infante D. Henrique, a sala Oriental, a sala da Miniaturas, a sala das Campanhas do Ultramar, a Sala Mouzinho, a sala de D. Carlos I, a sala de Nuno Alvares Pereira e as caves Manuelinas. Dispõe de dependências para os serviços de apoio ao Museu e de um pátio decorado a azulejos,

³⁹ Moldura chata e unida, mais larga que saliente, que coroa o telhado; conjunto de balaustrada de um entablamento.

⁴⁰ Catálogo; *Museu Militar. Roteiro*; Ed. EME; Lisboa; 1998; p. 3.

onde se expõe uma rica colecção de peças de artilharia⁴¹.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

No dia 8 de Fevereiro de 2003, o Museu Militar sofreu uma inundaçãõ provocada pela ruptura de uma conduta da de água da Empresa das Águas de Lisboa (EPAL) que afectou as salas do piso térreo – salas Vasco da Gama, Nuno Alvares Pereira, D. Carlos e as caves Manuelinas – tendo provocado enormes danos que foram documentados por um relatório do Instituto Português de Conservação e Restauro. Com grande empenho e dedicação das várias entidades envolvidas, conseguiu-se recuperar grande parte do acervo afectado e as instalações danificadas. Ainda nesse ano procedeu-se à recuperação da cobertura do Museu e outras instalações do Estado-Maior do Exército, com a colaboração de algumas entidades civis.

O PÓLO DO BUÇACO DO MUSEU MILITAR

A CRIAÇÃO DO PÓLO DO BUÇACO

O pólo do Museu Militar do Buçaco foi criado em 1910 e inaugurado no dia 27 de Setembro desse mesmo ano, pelo Rei D. Manuel II, aquando das Comemorações do Primeiro Centenário da Batalha do Buçaco, que pelo seu significado, tiveram lugar naquele local.

O pólo do Buçaco ficou desde então sob a dependência directa do Museu Militar, sendo o mesmo actualmente responsável pela sua administração, fornecendo meios humanos e materiais para o seu funcionamento.

Expõem-se, neste pólo do Museu, valiosas colecções que nos recordam os grandes feitos da Guerra Peninsular, merecendo especial destaque a exposição relacionada com a Batalha do Buçaco.

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

Depois das Invasões de 1807 e 1809, decorria o ano de 1810, quando se dá a terceira invasão Francesa ao nosso País, sendo as suas tropas, comandadas pelo General Massena e constituídas por três Corpos do Exército e um corpo de cavalaria de reserva.

Ao entrar em Portugal as tropas francesas dirigiram-se para Viseu, seguindo sempre ao longo da margem direita do Rio Mondego. O avanço francês provoca um recuo do Exército anglo-português, comandado por Wellington, que tentando assim diminuir a capacidade de manobra do franceses vai destruindo tudo aquilo que por eles pudesse ser usado. Wellington resolve colocar as suas tropas desde o Caramulo até às margens do Mondego, posicionando-se na Senhora do Monte Alto (perto de Penacova), e no Ninho da Águia (junto de Algeriz). Esta posição oferecia uma defesa fácil e rápida, devido às suas encostas muito escarpadas.

O ataque das tropas francesas dá-se na manhã de 27 de Setembro, às duas posições do Exército anglo-português, mas por não ter sido em simultâneo não logrou atingir o seu objectivo, devido à bravura dos combatentes aliados, sendo depressa escorraçados. O ataque frontal que efectuaram foi rapidamente sustido, tendo custado aos franceses muitas baixas que se traduziram no resultado final desta terceira invasão.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

O edifício que o Pólo do Buçaco ocupa, foi mandado construir pela Comissão Organizadora do Primeiro Centenário e sob a dependência do Museu Militar, de Lisboa, foi ampliado em 1962.

⁴¹ Idem. Idem.

Encontrando-se no flanco da actual Capela de N. Senhora da Vitória e Almas, que na época da Batalha do Buçaco era conhecida pelo nome de "*Capela das Almas do Encarnadouro*", foi transformada pelo Exército em Hospital de sangue, para apoio aos feridos em combate.

Tendo ficado abandonada depois destes acontecimentos e parcialmente em ruínas, só em 1910, por iniciativa do Ministério da Guerra foi restaurada sob a orientação do Tenente-Coronel Joaquim Costa Cascais.

Na sequência de diligências efectuadas em Abril de 1983, a Direcção do Serviço de História Militar (DSHM), hoje a DDHM, apresentou junto do Presidente do IPPAR, alguns elementos de informação com vista ao processo de classificação de imóveis à responsabilidade do Exército na Serra do Buçaco e propôs a configuração de zonas "*non aedificandi*" e de "*construção condicional*" associadas.

O IPPAR, pela sua Direcção Regional de Coimbra, informou que "*a troca de correspondência (...) sobre os processos de classificação em causa, não teve desenvolvimento, por motivos alheios a esta Direcção Regional*". Mais informava que "*...será efectuada uma deslocação ao local, no sentido de se actualizar a situação dos imóveis*"

Foram efectuadas várias diligências no sentido de se considerar a proposta em causa, sendo necessário proceder a uma reavaliação do processo de classificação, no sentido de encaminhar a organização e apresentação dos respectivos processos e promover o envolvimento do MDN nos mesmos.

MUSEU MILITAR DA MADEIRA

A CRIAÇÃO DO MUSEU

O Museu Militar da Madeira foi criado pelo Despacho n.º 72/MDN, de 30 de Junho de 1993, dando-se a sua efectivação em 1 de Agosto desse ano, por Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME). Encontra-se instalado em duas salas da Fortaleza de S. Lourenço, um espaço de pequenas dimensões mas com um acervo bastante interessante. Dispõe também de uma sala na Fortaleza de S. Tiago, que não estando em funcionamento por falta de pessoal que possa garantir a sua abertura com segurança, é pouco aproveitada para fins museológicos.

Neste momento tem ainda previsto para futuras instalações o antigo Paiol da Guarnição do Funchal, local que foi objecto de obras de beneficiação e classificado por resolução da Presidência do Governo Regional da Madeira, em 1997, como "*Imóvel de Valor Local*".

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

Nos inícios do século XVI o "*mare clausum*" até então partilhado pelos Portugueses e Castelhanos começou a ser disputado pelas nascentes grandes potências marítimas Europeias: França, Inglaterra e depois Holanda. O Oceano Atlântico passou então a ser o palco privilegiado da pirataria de corso Europeus, passando os arquipélagos a viverem numa insegurança até então nunca sentida.

Neste quadro, o rei D. João III, em 1529 a pedido da cidade, determinou a construção no Funchal de um baluarte com torre, que se encontravam prontos em finais de 1541, sendo então nomeado um alcaide para a fortaleza.

Objecto de aturado estudo e sob cuidada direcção do mestre-de-obras reais, Mateus Fernandes, foi reformulada num curto espaço de tempo para a época, apresentando-se em 1580, quase como a fortaleza que conhecemos hoje.

Em Outubro de 1566 uma armada comandada pelo filho do marechal Montluc e na qual se encontravam vários portugueses aportou ao arquipélago. A armada desembarcou na Praia Formosa e invadiu a cidade, por terra. A pequena fortaleza construída para defesa contra ataques marítimos sucumbiu.

Após este ataque foram enviados para o Funchal elementos capazes de organizarem a defesa geral da Ilha, com um engenheiro-fortificador, e Mestre das Obras Reais Mateus Fernandes. Chegado nos primeiros dias de 1567, vem a receber um regimento em 1572, a que dará cumprimento até aos finais do século, altura em que foi substituído por Jerónimo Jorge, que trabalhava na Barra de Lisboa e que para aqui se deslocou com os seus filhos, mestres das obras reais, dos quais se destaca Bartolomeu João.

Com a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir, subiu ao trono de Portugal o rei D. Filipe I, que nomeou para o Funchal o fidalgo das Canárias D. Agostinho de Herrera, Conde de Lançarote, que se instalou na Fortaleza com uma guarnição militar. Foi depois nomeado o Capitão General Tristão Vaz da Veiga, bisneto de João Gonçalo Zarco, que igualmente ali foi residir e manteve a guarnição militar anterior.

Novamente a fortaleza foi objecto de obras de beneficiação, construindo-se o baluarte central, a Norte, protegendo a porta. Estava concluído em 1611, altura em que o conjunto se passa a chamar "*Fortaleza Nova*", embora as obras continuassem até 1620, data em que se começa a denominar pela evocação de São Lourenço padroeiro de Filipe II, em homenagem aos Habsburgos, então Reis de Portugal e Castela.

Ao longo do século XVIII, sempre foi sentido que a residência não correspondia às necessidades de representatividade do governo da ilha, continuamente assediado por visitas internacionais.

Com as obras de melhoramento efectuadas acabaram os soldados por ter pouco cabimento na fortaleza saindo para os novos baluartes da cortina defensiva da cidade, como a Bombardeira de São Lázaro na foz da ribeira de São João, e o Comando da Artilharia, para o colégio dos Jesuítas, expulsos em 1768.

A partir desta data o conjunto começa a ser denominado mais por Palácio de São Lourenço, do que propriamente por Fortaleza, como até então tinha sido.

Em Outubro de 1803 uma forte aluvião arrasou grande parte do Funchal e da ilha obrigando a um enorme esforço de recuperação. Para a Ilha foi destacado o Brigadeiro Reinaldo Oudinor, que trabalhava na Barra de Aveiro e na Foz do Douro acompanhado por dois ajudantes, o capitão António Mattos de Carvalho e o Tenente Paulo Dias de Almeida.

São levantadas então plantas do Funchal e da Ilha, assim como as primeiras plantas completas da fortaleza-palácio de São Lourenço.

Com a ocupação Inglesa, uma vez mais se reconhece a necessidade de reformular São Lourenço, construindo os governadores liberais, vários edifícios no seu interior, assim como um passadiço em madeira, que ocupavam todo o pátio, mas posteriormente destruídos.

Com as novas leis liberais vieram as Instruções de 13 de Fevereiro de 1836, que circunscreveram as atribuições das autoridades civis e militares da ilha da Madeira, dividindo então a fortaleza pelos dois governadores. A partilha foi executada pelo eixo "*Baluarte do Castanheiro/Torreão-Cisterna avançado ao mar*", ficando o governador militar a residir no Baluarte Joanino e o governador civil na ala Ocidental do Palácio.

Residência oficial dos Capitães Donatários e dos Governadores e Capitães Gerais e, após a instituição do cargo de Governador Civil, em 1836, também dessa autoridade, foi sujeita aos gostos e necessidades dos momentos históricos porque passou. Manteve apesar de tudo, a sua

estrutura de fortaleza, chegando aos nossos dias como um dos conjuntos gerais melhor conservados da arquitectura militar Portuguesa dos séculos XVI e XVII.

A Fortaleza Palácio foi durante o século XIX preparada para a residência de várias entidades, como o príncipe Maximiliano de Leuchtemberg, irmão da duquesa de Bragança e depois imperador de México, em 1848. Igualmente por aqui passaram em visita a Imperatriz Sissi da Áustria, a Rainha Adelaide de Inglaterra, bem como muitas outras figuras da alta nobreza Europeia.

Os inícios do Século XX foram marcados em São Lourenço com a visita real de 1901, primeira visita dos reis de Portugal às então chamadas ilhas Adjacentes. No entanto, o apoio que a Família Real tentou obter não foi o suficiente para evitar a queda da monarquia em 1910.

A aclamação da República levou à retirada dos emblemas reais da Fortaleza e alguns desmandos no interior do Palácio. Em 1931, foi ainda palco da chamada Revolta da Madeira, aqui ficando instalado o Governo Provisório então declarado. Os tempos atribulados da implantação da República, assim como a permanência dos governadores civis dos primeiros quartéis do século XX, não contribuíram para a conservação das instalações.

O Palácio encontrava-se francamente despido quando foi ocupado pelo governador José Nosolini Pinto da Silva Leão (1938/1941). Este governador empreendeu grandes obras de restauro do conjunto, requisitando mobiliário vário do Palácio da Ajuda e do Museu Nacional de Arte Antiga. Igualmente veio mobiliário da Antiga alfândega da cidade e adquiriram-se várias peças em leilões do Funchal.

Várias entidades nacionais e internacionais passaram por São Lourenço: o Presidente da Polónia, Marechal Piludsky, em 1930, os Presidentes portugueses General Óscar Carmona em 1938, General Craveiro Lopes, em 1955 e Almirante Américo Tomás, em 1902 e 1963.

Com o 25 de Abril de 1974 transitaram pela Fortaleza a caminho do exílio os depostos Presidente da Republica, Almirante Américo Tomás e do Conselho de Ministros, professor Marcelo Caetano.

O acervo foi constituído com base nas colecções de retratos dos Capitães Donatários, Governadores e Capitães Generais, dos Reis de Portugal dos séculos XVII e XVIII, assim como no mobiliário acima citado. Alguns governadores, como o Comandante Camacho de Freitas e o Coronel D. António Sobral, dadas as suas ligações com a população da Ilha, conseguiram também a aquisição de algumas peças representativas das antigas famílias madeirenses⁴².

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

O edifício onde se encontra o núcleo principal do Museu Militar da Madeira foi classificado como Monumento Nacional em 1943. Desde a sua fundação, há quase 500 anos, tem sido sempre aquartelamento militar aqui se encontrando a sede do Quartel-General da Zona Militar da Madeira (QGZMM) e a residência oficial do Comandante Militar da Madeira (CMM).

O MMM dispõe ainda de instalações na Fortaleza de S. Tiago, tendo cedido parte das mesmas, por protocolo com Governo Regional, para que nelas fosse instalado o Museu de Arte Contemporânea.

No antigo Paiol da Guarnição do Funchal, está planeado a implementação de um pólo museológico do Museu Militar, mas devido ao facto do pavimento do mesmo não dispor de condições de resistência suficientes para poder albergar qualquer espécie de acervo é necessário efectuar obras de melhoramentos. Tais obras neste momento são inoportáveis devido às parcas disponibilidades financeiras disponíveis, o que torna difícil de concretizar a curto prazo a

⁴² Informação gentilmente cedida pelo Exmo. Director do Museu Militar da Madeira

sua realização.

Apesar da localização do paiol ser bastante agradável, o seu acesso é muito difícil de efectuar sem que seja executado o plano de criação de novos acessos, por parte da Autarquia do Funchal, que constam já no Plano Director Municipal (PDM), mas que não sendo pela mesma considerado prioritário, coloca um problema de difícil resolução em termos de acessibilidades a este possível pólo museológico, mas espera-se que esta situação possa vir a ser ultrapassada a breve prazo

Sem dispor de instalações apropriadas e adequadas para os fins museológicos propostos e com o seu pessoal reduzido ao mínimo, tem-se tornado difícil propor ou sugerir qualquer tipo de medidas que permitam melhorar a situação existente e que se considera embrionária, apesar das boas vontades do Comando da Zona e do Director do Museu. Por esse motivo o Museu neste momento não se encontra aberto ao público, recebendo apenas visitas com marcação.

O MUSEU MILITAR DO PORTO

A CRIAÇÃO DO MUSEU

A ideia de criar o Museu Militar do Porto resultou, de uma maneira geral, da tomada de consciência sobre a existência de todo um património que testemunha, de uma forma única a actividade humana, e da necessidade de preservar e contribuir para a institucionalização dos objectos que adquirem assim um novo papel. O acto privado de coleccionar e a sua posterior divulgação pública geraram a criação deste centro museológico.

É neste contexto que se enquadra a colecção *“Joaquim Vitorino Ribeiro”*, pintor natural do Porto (1849-1928), que recolheu durante a sua vida objectos de elevado interesse histórico, nomeadamente de carácter militar, que reflectiam a conturbada vivência militar e política das primeiras décadas do séc. XIX. Tendo a sua colecção constituído o núcleo de uma exposição comemorativa do Centenário da Revolução Liberal de 1820, inaugurada no Teatro São João, no Porto, em 24 de Agosto de 1920 e provocado o entusiasmo no público que a visitou, a Câmara Municipal do Porto (CMP) face a tão grande entusiasmo deliberou em acta, a instalação desta colecção numa das suas dependências, com o objectivo de se criar um Museu Histórico. Essa intenção não teve no entanto consequência, pelo que os herdeiros de Vitorino Ribeiro acabaram por oferecer a colecção ao Museu Militar, de Lisboa, em 1932, que com ela montou a sala *“Joaquim Vitorino Ribeiro”*, inaugurada em Julho de 1933.

Uma nova tentativa para criar um MMP, despontou em 1957, através do Comando da Primeira Região Militar que mostrou preocupação e vontade em preservar e valorizar as tradições militares da região. Foram desenvolvidos uma série de contactos, quer com instituições civis, quer com instituições e organismos militares, com o objectivo de procurar fazer um levantamento sobre o espólio de âmbito militar com interesse museológico. Era necessário inventariar o património que pudesse constituir parte integrante do futuro museu, que então se propunha, viesse a ter as suas instalações no Castelo de São João da Foz (Forte de São João Baptista). No entanto, o Forte não dispunha de condições para albergar as colecções, pelo que se propunha a elaboração dum estudo para a adaptação do edifício. Desejava-se quanto possível restituir ao imóvel a sua traça histórica e para o tornar mais “real”, artilhá-lo com bocas de fogo antigas. Foram então pedidas à Administração dos Portos do Douro e Leixões algumas peças que pertenciam a esta instituição e que se encontravam nos seus armazéns do Ouro.

Em Novembro desse ano começaram os preparativos para a organização do Museu, tendo o Comando da Primeira Região ordenado a limpeza do edifício, sob a orientação dos Serviços de Obras Militares (SOM), e nomeado na ocasião o Tenente de Cavalaria Gonçalo de Meireles para delegado das obras.

Em 28 de Março de 1958, por despacho ministerial, era criada a Delegação do Museu Militar (de Lisboa) no Porto, com sede no Forte de São João Baptista. O Subsecretário de Estado do Exército determinava no entanto, que até que o forte ficasse pronto, todas as peças adquiridas ou oferecidas seriam reunidas nas instalações do antigo Quartel-General. Esta Delegação ficava na dependência técnica e administrativa do Museu Militar e receberia igualmente apoio logístico da Primeira Região Militar.

A partir de então intensificaram-se os contactos com outras instituições no intuito de reunir material museológico do Continente bem como peças que pudessem testemunhar a presença portuguesa na Índia e nas Colónias Ultramarinas.

O Delegado do Museu, Tenente de Cavalaria, Gonçalo de Meireles, passou a dedicar-se intensamente à afirmação desta delegação, quer em acções que contribuíssem para o seu enriquecimento patrimonial, quer no que respeitasse à sua manutenção e funcionamento.

No início de 1959 foi criada uma Comissão com o fim de elaborar as directrizes que norteassem os trabalhos de adaptação do Forte de São João Baptista. No entanto, a falta de recursos financeiros não permitiu a sua concretização. Embora as instalações da delegação no antigo Quartel-General permanecessem fechadas ao público a actividade continuava. O Tenente Meireles e a sua equipa de pessoal empenhavam-se na organização e limpeza das salas (cerca de 25) bem como da escrita relativa aos serviços administrativos. Sempre que possível, a delegação prestava apoio a outros organismos militares e civis, sendo de referir a colaboração com o Gabinete de História da Cidade do Porto, com o empréstimo de peças para a Exposição Comemorativa dos 150 anos do Desastre da Ponte das Barcas.

Devido ao facto das obras no Forte de São João não terem andamento o Tenente Meireles apresentou várias propostas alternativas para a abertura do Museu ao público nas dependências do antigo Quartel-General, propondo inclusive que a colecção "*Joaquim Vitorino Ribeiro*" voltasse para o Porto, dado existir uma Delegação do Museu Militar nesta cidade, o que não foi materializado.

A Delegação, devido a dificuldades financeiras e falta de pessoal, nunca conseguiu a autorização superior para que pudesse abrir as suas portas ao público, arrefecendo assim o seu entusiasmo.

A partir de 1963/64 começaram a ser feitos pedidos de cedência de algumas instalações da Delegação do Museu para outros fins. Apesar da preocupação do Delegado do Museu, a entrega de algumas salas acabou por se concretizar e as peças que até aí estavam já colocadas de forma "organizada" nas salas cedidas, foram transferidas para arrecadações ao nível do rés-do-chão funcionando assim como uma grande reserva.

No ano de 1965 deu-se a extinção desta delegação devido a vários factores que contribuíram negativamente para a sua decadência. Mais algumas salas foram cedidas, desta feita, ao Distrito de Recrutamento e Mobilização 6 (DRM6), limitando cada vez mais o espaço disponível e transformando-o em meras arrecadações.

Em Julho desse ano é pela primeira vez posta em causa a manutenção da Delegação, já que, dependendo administrativamente do Museu Militar, este não tinha capacidade financeira para a manter em funcionamento. Valeu na ocasião a intervenção da Primeira Região Militar garantindo por mais algum tempo um mínimo de recursos para a sua continuação. A partir de 1966 a Delegação ficou praticamente desactivada.

Em 1970 começa uma nova fase na vida desta instituição. A Associação Cultural dos Amigos do Porto e a Região Militar do Norte (RMN) iriam dar um novo impulso que seria fundamental no rumo do que viria a ser o MMP.

O alerta da Associação Cultural dos Amigos do Porto, sobre o interessante espólio histórico militar existente nas "arrecadações" das instalações do antigo Quartel-General e a receptividade

da estrutura militar, iriam contribuir para reunir vários apoios com o objectivo de criar um Museu Histórico-Militar no Porto. Mantinha-se no entanto a ideia de instalar o futuro museu no Forte de São João Baptista

Como delegado do MMP foi nomeado em 1971, o Major Médico Francisco Fernandes Figueira e, a partir desse ano começaram a ser transferidas as colecções do antigo Quartel-General para algumas salas no novo Quartel-General, sito na Praça da República, cedidas pela RMN.

Instaladas no espaço físico do Quartel-General, foi então possível organizar uma exposição com carácter permanente. Esta exposição, que se designou como Sala de Armas, foi inaugurada em 5 de Janeiro de 1973. Não tendo ficado aberta ao público, esta sala era apenas visitada por militares.

As instalações provisórias cedidas pelo Quartel-General, reforçavam o objectivo de instalar o museu no Forte de São João Baptista, mas tornou cada vez mais difícil a sua concretização.

A partir de 1974, recomeçou a procura de um espaço condigno para instalar o acervo museológico. Uma das hipóteses levantadas seria a cedência da Casa D. Hugo, situada perto da Sé, o que foi impossível de concretizar em virtude da Câmara Municipal do Porto necessitar do imóvel.

Outra solução era um edifício da Delegação da ex-PIDE/DGS no Porto, onde durante anos a mesma tinha funcionado e que, pós-revolução de 25 de Abril de 1974 tinha ficado desocupado.

Tendo-se optado pela segunda hipótese, providenciou-se para que o prédio fosse entregue à RMN, o que veio a suceder em 1976, abrindo-se assim a porta para que o Museu se tornasse uma realidade.

Faltava no entanto constituir legalmente o Museu, o que se veio a concretizar por Decreto n.º 242/77, de 8 de Junho de 1977, do Conselho da Revolução, sendo então criado o MMP e estabelecidas as suas directrizes, objectivos e missão, nomeadamente «recolher, inventariar, classificar e conservar objectos que seja conveniente preservar como testemunhos da história militar do país», competindo-lhe ainda «contribuir para a divulgação do património à sua guarda»⁴³.

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

O Museu Militar do Porto ficou assim instalado num edifício que foi usado como habitação até à década de trinta do séc. XX e como lar de freiras entre 1932 e 1936. Alugado pelo Estado, no final dessa década, para nele funcionar a Delegação no Porto da Ex-PIDE/DGS, veio a ser posteriormente adquirido, pelo mesmo, em 1948. A polícia política do Estado Novo manteve-se ali em funções até 1974. A partir de 1977 sofreu obras de restauro e adaptação, tendo sido escolhido o Arquitecto Fernando Lanhas para dirigir o projecto que dotou o MMP com as condições necessárias para abrir as portas ao público, em 21 de Março de 1980.

O edifício principal é um imóvel, de 4 pisos, característico dos finais do séc. XIX, construído para ser usado como habitação. De sólida construção, este prédio apresenta uma arquitectura de linhas harmoniosas, tendo as duas fachadas mais interessantes viradas para a Rua do Heroísmo e para o Largo Soares dos Reis. É, no entanto, ao nível da arquitectura decorativa de interiores que se encontram os aspectos mais relevantes, caracterizados não só pela existência de uma clarabóia com lanternim⁴⁴, mas também pela simetria dos espaços, decoração dos estuques dos tectos e pilares, com reminiscências do estilo neoclássico.

⁴³ Informação recolhida junto do Exmo. Director do Museu Militar do Porto, aquando de uma visita de apoio técnico efectuada pelo autor, em Janeiro de 2004, por ordem do Exmo. Director da DDHM.

⁴⁴ Pequena torre aberta lateralmente, ou coroando um zimbório, iluminando o seu interior; processo construtivo que permite a iluminação da parte superior de um edifício.

Cumprindo os seus objectivos desde a sua inauguração, o museu empenha-se em dar a conhecer ao público um vasto património de interesse histórico, divulgando-o em exposições (permanentes e temporárias), editando catálogos e assumindo ainda como missão o apoio a investigadores.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

Para a sua efectivação o Museu conseguiu o apoio da CMP, do Governo Civil do Porto (GCP), do Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR), da Fundação Calouste Gulbenkian e do Museu Militar.

Estas entidades, além da colaboração prestada, contribuíram para que o MMP fosse uma realidade, o que em muito agradecem todos aqueles que deram parte do seu tempo disponível para tal fim.

Presentemente o MMP tem cooperado com várias entidades do País, nos mais variados aspectos, desenvolvendo acções de divulgação através de inúmeras exposições itinerantes, assim como na colaboração com várias instituições de ensino.

As suas colecções têm ajudado vários professores a explicar a História de Portugal e Mundial aos seus alunos, pois no Museu a sua colecção de “soldadinhos de chumbo” servem de exemplo para explicar alguma da matéria que leccionam.

O COLEGINHO

BREVE HISTORIAL DO MONUMENTO

O Mosteiro de Santo Antão-o-Velho foi erguido junto ao local onde em tempos longínquos terá existido uma antiga mesquita que servira de centro espiritual à Mouraria e transformada por D. Manuel I em convento de freiras dominicanas, com a invocação da Anunciada. Já anteriormente, em 1496, este rei havia doado estas construções e terrenos ao Hospital Real de Todos-os-Santos, que a trouxe em aforamento, tendo o cuidado de mandar purificar a mesquita e consagrá-la ao nome da Sagrada Anunciação da Virgem Mãe de Deus⁴⁵.

Nem este monarca nem o seu sucessor regatearam esforços para tornar o régio hospital num modelo de assistência, inovador e grandioso. Para o efeito, D. Manuel I, dotou-o de grandes recursos concedendo-lhe benefícios em quase todo o País, acrescentando-lhe os terrenos onde estava localizada a antiga mesquita, na Mouraria.

Devido ao facto do hospital não ter conseguido obter os proveitos que se supunham por esta régia doação, pela eventual e relativa resistência duma população integrada à força na lei cristã, não pagando os foreiros o que deviam, D. Manuel anulou o contrato de aforamento e chamou para o sítio “...*humas boas molheres, que vivião juntas, e se fazião chamar Beatas da Terceira Ordem do Seraphico P. S. Francisco: porém sem clausura, nem obediencia certa de Prelado*”⁴⁶, passando carta de doação à Ordem Terceira, em 5 de Setembro de 1511⁴⁷.

D. Manuel tendo recebido autorização por um breve do Papa Leão X, datado de 1515, transformou o edifício em convento de dominicanas, vindo a comunidade de freiras do Convento de Jesus, em Aveiro, que havia contado nesse Convento a Princesa Santa Joana. De Aveiro vieram para a casa da Anunciada três freiras de origem nobre: D. Joana da Silva, D. Brites de Meneses e D. Brites de Noronha; e três de grande virtude: Madre Isabel Luís, uma fundadora

⁴⁵ Cfr. Miguel Metelo de Seixas; *História do Coleginho ou Mosteiro e Colégio de Santo Antão-o-Velho*; Ed. Oficinas Gráficas do Exército; Lisboa; 1998; p. 17.

⁴⁶ Apud; Idem. Idem.

⁴⁷ Cfr em anexo documento 2.

do Convento de Jesus, Soror Catarina de Andrade e Soror Catarina Dias. As religiosas da Ordem Terceira, que aceitaram professar a nova regra juntaram-se as estas últimas, tendo-se as freiras encerrado solenemente no novo convento a 12 de Novembro de 1519.

A Madre D. Joana da Silva foi a primeira priora do recém fundado convento e tratou de fazer da mesma uma casa exemplar. Porém, as freiras não apreciaram sobremaneira a sua nova morada. Diversos motivos concorriam para isso pois a afluência de mulheres que vinham tomar o hábito nesta casa: “...Cuidarão em a estender, mas não dava boa commodidade o sítio, posto em a ladeira, e senboreado de outros mais altos, dos quaes ficava descoberto, e cativo. Ajuntava-se ser muito frio, e pelo mesmo caso pouco sadio pera naturezas delicadas, porque sendo assombrado da altura do monte, e muralhas do castello, que lhe tomão o Sol do Nacente, ficava de todo sugeito aos rigores do Norte. Passarão anos, forão-se descobrindo mais os inconvenientes, e o dano da vivenda. Dezejava-se muito, ou largueza, ou mudança”⁴⁸.

Julgamos que pelas características do terreno, as instalações seriam nefastas para servirem de residência (no século XVI), o que explica o desejo de mudança por parte das dominicanas.

Vinte e três anos após a criação do convento, já no reinado de D. João III, efectuou-se a tão desejada mudança. Era priora a Madre D. Brites de Meneses, que tomou a seu encargo o projecto de realizar a troca do convento com os monges da Ordem de Santo Antão. Dispunham estes de um pequeno cenóbio na antiga corredoura⁴⁹ do vale do Andaluz, que ficou conhecida pela designação da sua Ordem. Primeiro *Estrada de Santo Antão* e depois *Rua de Santo Antão*, estas portas da muralha fernandina que abriam para esta corredoura, passaram a chamar-se *Portas de Santo Antão* e a artéria, *Rua das Portas de Santo Antão*, designação que ainda hoje ostenta.

O COLEGINHO FOI A PRIMEIRA CASA DOS JESUÍTAS NO MUNDO

Depois da grande epopeia dos Descobrimentos, decorrendo o ano de 1540, as terras recém-descobertas recebem um enorme impulso de missionação devido sobretudo à acção dos franciscanos e dominicanos. Nesta época o pessoal disponível para evangelizar tão vasto território era escasso, por isso, quando D. João III recebe informações acerca de um novo instituto dedicado primordialmente à missionação – a futura Companhia de Jesus –, aceita com agrado a sua colaboração.

Era reitor do Colégio de Santa Bárbara, na Universidade de Paris, o português doutor Diogo de Gouveia, onde estudavam Inácio de Loyola e seus companheiros, que devido a esta proximidade se conheciam bem, nutrindo mesmo uma amizade recíproca. Após a partida dos sete companheiros que formavam o primitivo núcleo da Companhia para Itália, em 1536, Diogo de Gouveia procurou sempre obter notícias suas. Dispondo de informação sobre as recentes conversões no Oriente, e da espectacular adesão de sessenta mil indígenas malabares à fé católica, Diogo de Gouveia procurou relacionar estes acontecimentos com as intenções e projectos de Inácio de Loyola, que sem dúvida teriam debatido em Paris. Desfrutando de grande influência junto do rei D. João III, por quem era considerado um *agente cultural* em terras francesas, escreveu Diogo de Gouveia ao monarca, dando-lhe conta das ideias de Loyola e da oportunidade de, através destes novos *soldados de Cristo*, se abrirem as portas do Oriente à divulgação da fé católica, além dos mesmos se encontrarem sob as ordens directas do Papa, formando por isso um meio excepcional para a Reforma Católica. Gouveia propôs que o contacto se fizesse por intermédio do cônsul português em Veneza, pois aí se encontravam Santo Inácio e seus companheiros com o intuito de partirem para Jerusalém como peregrinos. Tal facto só não se efectuou devido à guerra que nessa época eclodiu entre os turcos otomanos e os venezianos. Neste sentido, poderia o rei português efectuar os contactos necessários, através do seu embaixador em Roma⁵⁰, com Inácio de Loyola. Foi através de uma missiva de D. João III que veio permitir a instalação da

⁴⁸ Apud; Obra citada; P. 18.

⁴⁹ Rua larga e direita ou caminho declivoso.

⁵⁰ D. Pedro de Mascarenhas.

Companhia de Jesus em Portugal e motivar a sua futura e notável obra missionária no Oriente e no Brasil. Além das diligências efectuadas junto de D. João III, Diogo de Gouveia encetava contactos com Simão Rodrigues, o português que sempre acompanhava Inácio de Loyola, e aos outros companheiros, questionando-os sobre a possibilidade de irem para Índia a fim de ali executarem a sua missão evangelizadora. A resposta foi esclarecedora, dizendo que “...se tinham posto na inteira obediência de o Papa Paulo III e que, por isso, só a este competia a decisão, mas que se o Papa os mandasse à Índia ou a qualquer outro lugar, partiriam imediatamente”⁵¹.

De imediato Diogo de Gouveia remeteu a missiva a D. João III, entusiasmado que ficou com tal resposta. O rei mandou confirmar as notícias entusiásticas de Diogo de Gouveia e solicitou que, caso de as mesmas se confirmarem, os referidos missionários viriam para Lisboa com o propósito de evangelizar os territórios recém-descobertos pelos portugueses.

As diligências foram coroadas de êxito, tendo chegado a Lisboa a 17 de Abril de 1540 (antes da Companhia de Jesus ter sido aprovada oficialmente pelo Papa), o jesuíta Simão Rodrigues e em Junho do mesmo ano, São Francisco Xavier.

Encontrando-se em Portugal tão importantes personalidades dos Jesuítas, era necessário e imperioso arranjar-lhes residência condigna. D. João III concedeu-lhes para o efeito, a título provisório, umas casas no ângulo noroeste do Palácio dos Estaus, no Rossio. Porém era urgente encontrar um local definitivo para os mesmos residirem.

Frei João Soares, detinha grande influência junto da corte, ao qual recorreu Simão Rodrigues para obter uma casa em Lisboa, lembrando-lhe que seria muito cómodo para seus intentos o mosteiro de S. Antão. O rei aprovou a intenção, no entanto era necessário negociar a cedência dos direitos do beneficiário da comenda do mosteiro, o que se efectuou, tendo Simão Rodrigues tomado a posse do mosteiro.

No dia 5 de Janeiro de 1542, véspera de dia de Reis, mudaram-se para o mosteiro o Padre Simão Rodrigues e seus companheiros, depois do edifício ter recebido obras de restauro e melhoramentos necessárias para que tivesse as condições essenciais de habitabilidade. Entre eles, contava-se Frei João Soares, assim, “...foi este mosteiro a primeira casa que em todo o mundo teve, como própria, a Companhia de Jesus”, facto muito assinalável e do qual podem os portugueses retirar motivo de legítimo orgulho⁵².

O mosteiro de Santo Antão encontrava-se num estado deveras lastimoso, fazendo com que os religiosos desgostassem do lugar em pouco tempo, alegando que a residência era pequena e ficava afastada dos grandes aglomerados urbanos.

A manutenção dos espaços que se encontravam em condições de conservar, ficou a cargo da Confraria de Nossa Senhora do Bom Despacho, a quem foi entregue a igreja após a extinção das Ordens Religiosas, que dentro das suas limitações por eles zelou.

Na igreja existia um antiga imagem de grande devoção popular e à qual se atribuíam virtudes milagreiras, sobre as quais no início do século XVIII, falava dela o Padre António de Carvalho da Costa nos seguintes termos: “...N. Senhora do Bom Despacho, Imagem muy devota, e de grandes milagres, já no tempo em que os Padres da Companhia alli entrarão [no Coleginho], com quem teve particular devoção, o glorioso Padre S. Francisco Xavier”⁵³. Encontra-se presentemente numa ala do claustro uma imagem, que estamos em crer que não sendo a original, se mantém como figura de devoção popular.

O Coleginho dispunha de uma cerca com um amplo terreno que se prolongava pela encosta acima até à Costa do Castelo. A mesma foi vendida por ocasião das grandes vendas de bens

⁵¹ Apud; Idem. Obra citada; p. 24, onde foca a obra do Padre António Lopes “A primeiríssima casa da Companhia de Jesus no Mundo e a expansão missionária portuguesa”; p. 2.

⁵² Miguel Metelo de Seixas; *História do Coleginho ou Mosteiro e Colégio de Santo Antão-o-Velho*; p. 24.

⁵³ Apud; Idem. Idem; p. 45.

monásticos após a vitória liberal de 1834. Em 30 de Julho de 1835, a Comissão Interina da Junta do Crédito Público coloca em edital a venda em hasta pública, da cerca e casas do Coleginho, a realizar em 9 de Setembro desse mesmo ano tendo as mesmas sido arrematadas por *José Joaquim Alves da Cunha*, que por elas pagaria um total de «um conto novecentos e sessenta mil reis».

Esta cerca era também conhecida como *Quinta do Coleginho*, e manteria até muito tarde a sua vocação agrícola, com terra de sementeira, parreiras e árvores de fruto; tal vocação é ainda hoje visível pela existência de um grande descampado, sobranceiro ao Coleginho, que forma uma mancha de vazio na malha urbana da encosta. O desmembramento desta antiga cerca viria a dar origem, entre outros edifícios, ao Teatro Taborda.

A OCUPAÇÃO DO COLEGINHO PELA INSTITUIÇÃO MILITAR

A história do Coleginho durante o século XIX é igual à da maior parte do riquíssimo património das Ordens monásticas. Em 1834, com a extinção das Ordens religiosas, o Coleginho não escapou à cólera nacionalizadora e iconoclasta dos liberais fundamentalistas. O respeitável edifício foi por isso ocupado pelo Batalhão da Guarda Nacional e pelo Tribunal do Júri⁵⁴.

A comunidade que nele residia e o conservava, foi expulsa e o convento teve um triste destino sendo submetido a um processo de gradual destruição.

Em 1950, com a demolição da antiga igreja paroquial do Socorro, devido ao alargamento da Rua da Palma, foi a sede eclesiástica da freguesia transferida para a igreja do Coleginho, tomando a invocação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sendo inaugurada em 16 de Abril de 1950, após algumas indispensáveis obras de conservação e restauro efectuadas pelo construtor Diamantino Tojal.

A ocupação da parte colegial do edifício, que tinha sido entregue ao Ministério da Guerra em 1840, registou a presença de diversos órgãos do Exército. Após a proclamação da República em 1910, esteve instalado no Coleginho um posto da Cruz Vermelha. Ali se instalou em primeiro lugar, em 1932, a Direcção da Arma de Infantaria, criada em 1901, permanecendo esta Direcção no Coleginho durante um largo período, só a vindo a abandonar em 19 de Novembro de 1980.

Funcionava também no edifício outras repartições militares e em 1938, além da Direcção da Arma de Infantaria, ocupavam o Coleginho os Serviços de Administração Militar e a sede de uma instituição «Fraternidade Militar». Parte do edifício foi ainda um *recolhimento de senhoras viúvas de oficiais*⁵⁵.

Enquanto acolheu a Direcção da Arma de Infantaria, o Coleginho guardou algumas recordações, salientando-se que a actual organização interna data, quase toda ela, desse período. A presença da Arma de Infantaria nota-se sobretudo na biblioteca, que servia de Sala de Honra da Direcção. Sendo um aposento de grandes dimensões, por onde entra a luz através de janelões rasgados ao nível do chão do pátio traseiro (pois o desnível é muito acentuado), é decorada com uma série de medalhões de estuque que emolduram frescos alusivos à participação da Infantaria no Corpo Expedicionário Português, entre 1917 e 1918, durante a Grande Guerra.

O Coleginho só na década de 1980 iria mudar de ocupantes, passando a ser Direcção do Serviço Histórico-Militar (hoje DDHM) e da Chefia de Assistência Religiosa dos Exército.

HISTÓRIA DA INSTALAÇÃO DA DIRECÇÃO DO SERVIÇO HISTÓRICO-MILITAR E DA CHEFIA DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO NO EDIFÍCIO

No ano de 1982, enquanto Director do Serviço Histórico-Militar, o General Manuel Freire

⁵⁴ Cfr. Miguel Metelo de Seixas; Idem; p. 45.

⁵⁵ Idem. P. 46 e 47.

Themudo Barata, alertou para a dificuldade de se trabalhar em instalações com condições pouco condignas para essa Direcção, que então funcionava no edifício do Estado-Maior do Exército, em Santa Apolónia, junto ao Pátio dos Canhões, por baixo do Arquivo Histórico Militar. As instalações eram exíguas e insuficientes para acomodar de forma digna e eficazmente o seu pessoal.

Ponderou-se então mudar para o Coleginho, edifício tão rico em História e, onde apenas funcionava a Comissão para o Estudo das Campanhas de África, depois da Direcção da Arma de Infantaria, ter sido dali transferida, em 1980. Este magnífico edifício encontrava-se porém em péssimas condições de conservação, o que impossibilitava a sua habitabilidade, por ter sofrido profundas alterações na sua traça. Foi por isso necessário proceder a vastas obras de reparação, conservação e restauro, para tentar devolver a antiga dignidade do edifício.

A mudança para o edifício do Coleginho, esperada há já algum tempo, foi aprovada por despacho de 26 de Fevereiro de 1985, tendo sido efectuada oficialmente, a 25 de Julho desse ano.

Importa salientar o historial do Serviço Histórico-Militar que foi criado em 1959, no âmbito de uma grande reforma do Exército então realizada. A Direcção do Serviço Histórico-Militar (DSHM) estava sob a dependência directa do Chefe do Estado-Maior do Exército, servindo como órgão consultivo e tinha a chefia-la um Oficial General. Era constituída por uma Repartição de História Militar, pelo Arquivo Histórico-Militar, por uma Secção de Expediente e Arquivo e englobava também a Comissão de História Militar (a qual já existia anteriormente), passando os militares a depender da recém-criada Direcção.

Com a remodelação da organização superior do Exército em 1976, a DSHM passou a estar na dependência directa do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, ficando a sua missão melhor definida, ficando submetida à sua dependência a Biblioteca do Exército. Ao longo dos tempos, a DSHM foi integrando diversos organismos que, pelas suas características, se ligavam à História Militar.

Por fim, em 1994, procedeu-se a uma nova reorganização geral no Exército na qual foi extinta a DSHM e em seu lugar foi criada a Direcção de Documentação e História Militar (DDHM), com missão e composição semelhantes e que atrás referimos.

COOPERAÇÃO, SALVAGUARDA E RESTAURO

Através da cooperação com várias entidades, procurou-se salvaguardar o traçado original do edifício com obras de restauro, tentando resgatar a dimensão histórica do Coleginho, valorizando os seus espaços nobres: o claustro, que recebeu a instalação de portadas de vidro; a escadaria monumental e as antigas celas.

O restauro e conservação da traça existente tendo decorrido de forma exemplar, mereceu rasgado elogios, onde se destacava que as *“entidades [tinham] restaurado magnificamente o claustro interior, o convento primitivo e a igreja anexa⁵⁶”*.

As obras do claustro foram, particularmente importantes, pois permitiram retirar os taipais que escondiam o seu belo traçado. Foi também cuidadosamente ajardinado o pátio do claustro, com a colaboração do Departamento de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa. Foi no centro deste claustro se viria a erguer um busto de Fernão Lopes, patrono da Direcção de Documentação e Histórica Militar.

Presentemente, o Coleginho além da DDHM acolhe nas suas instalações, uma Comissão que está encarregue das comemorações dos 500 anos do nascimento de S. Francisco Xavier, que desta casa partiu para a sua acção de missionação em terras do Oriente. Estas Comemorações de âmbito Internacional (envolvendo Portugal e Espanha, França, Vaticano, Itália e o Japão) terão

⁵⁶ Apud; Manuel Metelo de Seixas; obra citada; p. 49.

como principais iniciativas a realização de uma exposição de prestígio, intitulada “S. Francisco Xavier – A sua vida e a sua obra”, complementada com a apresentação de obras de arte moderna sujeitas a concurso, subordinadas ao tema “Arte e Espiritualidade”, a decorrer na Cordoaria Nacional entre Novembro de 2005 e Abril de 2006⁵⁷.

CHEFIA DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO

A Chefia de Assistência Religiosa do Exército está instalada desde Janeiro de 1989, no Edifício do Coleginho, depois do mesmo ter recebido as mencionadas profundas e significativas obras de restauro. No espaço do edifício ocupado pela CARE, faziam parte duas alas no andar superior que se encontravam completamente degradadas. Foi ainda restabelecida a ligação da Igreja aos Claustros, que tendo sido parte integrante da mesma, a sua ligação ficou interrompida aquando da entrega da Igreja à Paróquia, por uma parede que não fazia parte da traça primitiva. Fez-se também, interiormente a ligação à Chefia através de uma ampla escadaria.

Presentemente o Capelão Chefe da CARE, através de um protocolo celebrado entre o Patriarcado de Lisboa e o Estado-Maior do Exército, é o Pároco da Igreja do Socorro, onde celebra missa para os seus paroquianos.

É na Igreja da CARE que podemos apreciar alguns belíssimos exemplares de pintura e azulejaria, salientando-se também os interessantíssimos painéis de azulejos da sua Sacristia, merecendo todas estas obras um aturado estudo, que julgamos até há presente data ainda não foi efectuado. Apesar destas belíssimas e valiosas obras de arte que tão harmonioso templo alberga, raros foram os autores que sobre as mesmas dissertaram, salientando-se que, nos últimos anos, apenas José Meco⁵⁸ aborda de uma forma um pouco sumária o revestimento figurativo da Sacristia, referindo-se ao trabalho não datável do mestre P.M.P. Voltando a abordar o mesmo mestre, inclui entre as melhores obras da época barroca do primeiro quartel do século XVIII, os painéis da “...sacristia do Coleginho de Santo Antão-o-Velho da Mouraria (enquadramento do lavabo e painel da Glorificação de Santo Agostinho...”⁵⁹. Irisalva Moita aborda um pouco da história da passagem do edifício da freiras da Anunciada para os frades de Santo Antão, dos quais tomou o nome, lembrando que o mesmo ficou também conhecido por Coleginho, que sendo do século XVI apenas “...sobrevivem alguns vestígios no claustros”⁶⁰, da primitiva traça.

⁵⁷ Informação gentilmente cedida pela Professora Doutora Maria Natália Correia Guedes, Comissária Geral das referidas Comemorações.

⁵⁸ José Meco; *A Azulejaria em Portugal*; Ed. Alfa; Barcelona; 1989; pp. 227-228.

⁵⁹ José Meco; *O Livro de Lisboa. Lisboa Barroca*. «A talha e o azulejo na valorização da arquitectura»; Coordenação de Irisalva Moita; Ed. Livros Horizonte; Lisboa; 1994; p. 333.

⁶⁰ Irisalva Moita; *O Livro de Lisboa. Lisboa Barroca*; Ed. Livros Horizonte; Lisboa; 1994; p. 158.

ANEXOS

Documento 1.

GARCIA DE RESENDE

Vida e Feytos del Rey Dom Joam Segundo. Crónica de D. João II e Miscelânea

Capitulo CXXXIII

“...aos vinte e cinco dias de Agosto el Rey, e o Duque, e todos los Prelados, e Senhores, Senhoras e Donas, e honrados fidalgos de todo o Reyno (...) partiram pera o mosteiro da Batalha e se fez o saymento do Príncipe, e assi outra muyta, e honrada gente (...) el Rey [e Rainha] ouve por bem não irem [devido à peste] por o perigo que lhe daby podia vir. (...) E de Castella vieram ao saymento (...) o Bispo de Córdova, e o Prior de nossa Senhora de Água Delupe.”⁶¹ [o Rei D. João II chegou em] vespora de São Bartolomeu a hermidã de São Jorge, donde o mosteiro da Batalha parece, onde começaram logo de receber não com paleos de brocado, nem com festas, e antremeses de prazer, como tam poucos dias avia que passaram com tanta realzeza, mas com outras invenções ao reves de muyto grande tristeza, grande dor, e sentimento, porque logo viu o mosteiro todo coberto de infinitas e grandes bandeyras negras, e na hermidã estava hũa grande e negra bandeyra alta com a Cruz, e martyrios de nosso Senhor Jesu Christo, e dally ate o mosteiro era o caminho de hũa parte e da outra cheo de muytas, e grandes bandeyras negras, sem armas, nem devisa algũa, que eram muitas sem conto, e por todalas arvores que ao longo do caminho estavam tantas bandeyras, que ficavam negras e não verdes, que faziam tanta tristeza, que não avia pessoa que se podesse ter as lágrimas.”⁶²

Documento 2.

Carta de Doação à Ordem Terceira de S. Francisco

“...Dom Manuel [...]. A quantos esta nosa carta virem, fazemos saber que vendo nos como os moradores do arrabalde desta cidade que foy mouraria, nam tem igreja nem outra casa doracam no dito arrabalde em que posam ouvir missa, e como pela grande população do dito arrabalde he razam e serviço de Deos que se lhe de a yso remedio por serviço de nosa senhora nos praz por esta presente carta fazer doaçam e esmolla a nosa Senhora pera todo o sempre das casas que foram mesquyta dos mouros com todo o seu assentamento a casas e quymtaes e poço asy como tinhamos dado e o pesoya o espritall de todollos Samtos desta cidade de Lixboa a que de todo o dito asentamento de mesquyta tinhamos feito esmolla, e asy como a nos pertence, na qual casa nos apraz que posam estar e morar catherina de Christos e suas irmãs freiras da terceira Ordem da Regra da sam francisquo”⁶³.

⁶¹ Garcia de Resende; *Vida e Feytos del Rey Dom Joam Segundo. Crónica de D. João II e Miscelânea*; Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão; INCM; Lisboa; 1973.

⁶² Idem. Obra citada. Capitulo CXXXIII.

⁶³ Manuel Metelo de Seixas; obra citada; p. 17.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV; TESOUROS ARTÍSTICOS DE PORTUGAL*; Ed. Selecções do Rider's Digest; Lisboa; 1976.
- ADELMANN, Marianne, SMITH, Robert e MECO, José; *Azulejos Portugueses*; Ed. Azulmar; Lisboa; 1986.
- Boletim da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, n.º 120, Junho de 1965.
- Catálogo do Museu Militar; *Museu Militar Roteiro*; Ed. EME; Lisboa; 1998.
- Catálogo do Museu Militar do Buçaco; *Museu Militar do Buçaco. Conheça a História de Portugal*; Ed. Exército Português; Buçaco-Luso; s/d.
- Catálogo do Museu Militar de Coimbra; *História e Património*; Ed. Exército Português; Coimbra; s/d.
- ESTEVES, António; *Igrejas e Capelas do Exército*; Ed. Chefia do Serviço de Assistência Religiosa – Estado-Maior do Exército; Lisboa; 1991.
- FRUTUOSO, Gaspar; *Saudades da Terra*; Livro IV, Vol. 1; Ed. Diário dos Açores; p. 314; Ponta Delgada; 1924.
- LEÃO, Duarte Nunes de; *Crónicas e vidas dos Reis de Portugal D. Duarte, undécimo e D. Afonso o V duodécimo*; Ed. Officina de José Aquino de Bulhões; Lisboa; 1780.
- MECO, José; *A azulejaria em Portugal*; Publicações Alfa; Barcelona; 1989.
- MECO, José; *O Livro de Lisboa. Lisboa Barroca. «A talha e o azulejo na Valorização da arquitectura»*; Coordenação de Irisalva Moita; Ed. Livros Horizonte; Lisboa; 1994.
- NUNES, António Lopes Pires; *O Castelo Medieval e a sua Evolução. Guia Didáctico*; Ed. Do Museu Militar de Bragança; Bragança; s/d.
- PEREIRA José Fernandes; *História da Arte em Portugal. «O Barroco do Século XVIII»*; Dir. Paulo Pereira; Vol III; Ed. Círculo de Leitores; Lisboa; 1997.
- PINA, Rui de; *Crónica de D. Afonso V*; Ed. da Bibliotheca de Clássicos Portugueses; Vol II; Lisboa; 1901.
- RESENDE, Garcia de; *Vida e Feitos del Rey Dom Joam Segundo. Crónica de D. João II e Miscelânea*; Perfácio de Joaquim Veríssimo Serrão; INCM; Lisboa; 1973.
- SAMPAYO, Christoval Ferreira y; *Vida y Hechos del Principe Perfecto Don Juan Rey de Portugal Segundo deste Nombre*; Ed. Viuda de Alonso Martín; Madrid; 1626.
- SANTOS, José Travassos; *Arquivos, Históricos, Etnográficos, Artísticos e Literários da Batalha*; Ed. Magno; Leiria; 2001.
- SANTOS, Vítor Portugal Valente; *A Capela de S. Jorge*; Ed. Fundação D. Manuel II; Lisboa; 2003.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; *História do Coleginho ou Mosteiro e Colégio de Santo Antão-o-Velho*; Ed. Oficinas Gráficas do Exército; Lisboa; 1998.
- TEIXEIRA, António José; *Castelo de Bragança*; Policopiado; Arquivo da DDHM; Lisboa.